2
UM OLHAR PARA A INFÂNCIA

2.1
Benjamin, Larrosa e Bakhtin – companheiros de jornada

A visão de infância que norteou a prática cotidiana do trabalho nos bastidores é a mesma que nos guia na compreensão e na construção do conceito de infância, numa perspectiva mais ampla. Trata-se de uma visão constituída a partir da perspectiva sócio-histórica, que vê a criança não como algo naturalmente constituído e universal, mas uma construção histórica e, portanto, atravessada pela cultura. Dessa forma, como já nos ensinou Ariés (1981), a representação social da criança e da infância já foi e continua sendo múltipla e diversa ao longo da história cultural dos homens.

Nas palavras de Sônia Kramer,

> A idéia de infância não existiu sempre e da mesma maneira. Ao contrário, ela aparece com a sociedade capitalista, urbano-industrial, na medida em que mudam a inserção e o papel social da criança na comunidade. Se, na sociedade feudal, a criança exercia um papel produtivo, assim que ultrapassava o período de alta mortalidade, na sociedade burguesa ela passa a ser alguém que precisa ser cuidada, escolarizada e preparada para uma atuação futura. Esse conceito de infância é, pois, determinado historicamente pela modificação nas formas de organização da sociedade (Kramer, 1982, p. 18).

Essa idéia moderna de infância foi ganhando corpo quanto mais apropriada era pelos saberes científicos que se encarregaram de estudá-la, mensurá-la e torná-la universal e descontextualizada. A psicologia do desenvolvimento surge nesse contexto como a grande conhecedora das verdades científicas da infância e vai infiltrando suas "descobertas" nos novos ambientes escolares que se tornaram necessários para institucionalizar e tutelar a criança frágil, ingênua e desprotegida que representava o início do futuro humano, o começo de sua escala de desenvolvimento. Uma infância, portanto, biologizada e naturalizada, que seria a mesma em qualquer contexto cultural; uma infância "colonizada" pela ciência que

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0212084/CA

vê a história como um "*continuum* linear", tal qual o desenvolvimento humano (Castro, 1998, p. 24).

Essa representação moderna da infância deixa de lado a multiplicidade do contexto cultural e ignora que as ciências humanas têm como objeto o homem mergulhado e constituído no fluxo incessante da linguagem que não conhece caminhos retos e previsíveis. Tomando os paradigmas matemáticos de causa e efeito das ciências naturais como seus, aprisiona-se em verdades absolutas e se protege do perigo da transitoriedade do saber fundamentado no *diálogo* ou *dialógico*. Negando a linguagem como instrumento e objeto de seu saber, as ciências humanas e, nesse caso específico, a psicologia do desenvolvimento, empobrecem o seu objeto, a criança, e negam a sua única verdade possível: não há verdade possível, apenas confronto e diálogo entre os textos que transitam num determinado contexto histórico, ideológico e descontínuo (Bakhtin, 1985).

A Escola de Frankfurt, da qual Walter Benjamin é interlocutor , critica essa visão linear da história em direção ao progresso presente na ideologia do projeto moderno. Em seu lugar propõe uma história que se apresenta como ruína e fragmento:

> A história para os frankfurtianos é a história de ruínas , já que não pode ser captada a partir de um sentido único e totalizante. História de ruínas e fragmentos, porque a história contínua seria uma ilusão apoiada na concepção totalizante de um fim/final para o qual a humanidade caminha (Castro, 1998, p. 27).

A infância para Benjamin tem um papel central e alegórico em sua visão da história, e não poderia estar encarcerada na visão desenvolvimentista (comprometida com os paradigmas positivistas das ciências naturais) em voga na modernidade e difundida pela psicologia do desenvolvimento. A rememoração do passado não seria o resgate de algo perdido, mas sim a reestruturação do presente, do futuro e do próprio passado. Essas categorias de tempo diluem-se no fluxo não linear da história. A história que só é possível a partir de seus fragmentos e ruínas é, portanto, marcada por descontinuidades (Castro, 1999).

Isso valeria tanto para a história social quanto para a história pessoal, e a infância representaria, como alegoria, esse resgate do passado que ressignifica os tempos (passado, presente e futuro), criando novos e inusitados sentidos para o mundo estruturado pelos adultos. "Ao suposto 'despreparo' infantil para

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0212084/CA

compreender a realidade, Walter Benjamin justapõe a tese de que a criança reconstrói o mundo baseada em seu olhar infantil...” (Jobim e Souza, S.; Pereira, R. 1998, p. 34). A infância seria, então, o lugar da crítica e da possibilidade de transformação por excelência. Daí sua capacidade de criar outros significados para aqueles determinados culturalmente.

Mais uma vez Sônia Kramer nos ensina:

> Assim, se em “Rua de mão única”, “Infância berlinense” ou em “Imagens do pensamento” é do menino Walter que Benjamin fala, é também de uma era, de um momento da história, de uma sociedade. Reminiscência ou rememoração da história da humanidade, reminiscência ou rememoração de um momento de sua própria história e de uma circunstância em que passado, presente e futuro se encontram entrecruzados, pois “cada época sonha não somente a seguinte, mas ao sonhá-la força-a a despertar...” (Kramer, S., 1996, p. 30)[1]

Essa idéia de infância impõe-se como alternativa para a representação da criança como o início da linha do desenvolvimento; como, portanto, menos capaz. Reconhecendo essa especificidade da infância, podemos olhar para a criança como um outro que é potente e que tem algo a contribuir, que tem voz. Um sujeito produtor e crítico da cultura que o constitui e que é constituída por ele, um sujeito da linguagem.

> Meditar com pedantismo sobre a produção de objetos — material ilustrado, brinquedos ou livros — que devem servir às crianças é insensato. Desde o Iluminismo isto é uma das mais rançosas especulações dos pedagogos. A sua fixação pela psicologia impede-os de perceber que a Terra está repleta dos mais incomparáveis objetos da atenção e da ação das crianças. Objetos dos mais específicos. É que crianças são especialmente inclinadas a buscarem todo local de trabalho onde a atuação sobre as coisas se processa de maneira visível. Sentem-se irresistivelmente atraídas pelos detritos que se originam da construção, do trabalho no jardim ou em casa, da atividade do alfaiate ou do marceneiro. Nesses produtos residuais elas reconhecem o rosto que o mundo das coisas volta exatamente para elas, e somente para elas. Neles, estão menos empenhadas em reproduzir as obras dos adultos do que estabelecer entre os mais diferentes materiais, através daquilo que criam em suas brincadeiras, uma relação nova e incoerente. Com isso as crianças formam o seu próprio mundo de coisas, um pequeno mundo inserido no grande. Dever-se-ia ter sempre em vista as normas desse pequeno mundo quando se deseja criar premeditadamente para crianças e não se prefere deixar que a própria atividade — com tudo aquilo que é nela requisito e instrumento — encontre por si mesma o caminho até elas (Benjamin, W., [1926-1928] 2002, p. 103-4).

---

[1]Citado, a propósito do pensamento de Benjamin, por Rouanet, S. P. *Édipo e o anjo: Itinerários freudianos em Walter Benjamin*, Rio de janeiro, Tempo Universitário, 1981, p. 89 (nota da autora).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0212084/CA

Colocando a infância como alegoria da história, Benjamin nos traz não o entendimento finito e acabado da universalidade científica, mas sim a aventura de mergulhar na linguagem e nela encontrar o humano em toda a sua complexidade. Assim, a especificidade da infância perde os contornos rígidos da razão que quer revelar mistérios e impor verdades e ganha a infinita possibilidade de ser *enigma*, como nos propõe Jorge Larrosa. E, sendo assim, enigma, a infância nos obriga a olhá-la e escutá-la com atenção e desprendimento; obriga aos que estão diante dela a tomá-la como o outro que tem algo a dizer. Nessa perspectiva a infância exige de nós a postura ética da escuta e do acolhimento da diferença, não mais pautada pela falta em relação ao adulto, mas sim por toda a sua potência de ser o outro enigmático.

> A alteridade da infância é algo muito mais radical: nada mais e nada menos do que sua absoluta heterogeneidade no que diz respeito a nós e ao nosso mundo, sua absoluta diferença. E se a presença enigmática da infância é a presença de algo radical e irredutivelmente outro, dever-se-á pensá-la à medida que sempre nos escapa: à medida que inquieta o que sabemos (e a soberba de nossa vontade de saber), à medida que suspende o que podemos (e a arrogância de nossa vontade de poder) e à medida que coloca em questionamento os lugares que construímos para ela (e a presunção de nossa vontade de abarcá-la). Aí está a vertigem: na maneira como a alteridade da infância nos leva a uma região na qual não regem as medidas de nosso saber e de nosso poder (Larrosa, 1998, p. 70).

E, se tomamos, como Benjamin, a infância como *alegoria*, teremos que situá-la na criança e, para além dela, no humano. A infância como possibilidade do humano remete-nos à nossa própria história individual, coletiva e cultural, privilegiando nossa capacidade transformadora e redentora daquilo que, na linguagem, nos aprisiona.

A *alteridade radical* de que nos fala Larrosa é, portanto, uma alteridade presente na criança diante de nós, mas também na criança que fomos e que somos. E com "todas elas" temos a responsabilidade de nos relacionarmos reconhecendo a sua potência e aceitando a sua *absoluta diferença*, novidade e *enigma*. É nessa "vertigem" que podemos vislumbrar a transformação que o encontro com a criança e a infância traz como possibilidade de incessante desconstrução e reconstrução de nossos saberes e verdades.

Nesse sentido parece que Larrosa, Benjamin e Bakhtin se encontram: numa idéia de sujeito que se entrega à condição de estar irremediavelmente imerso no mar turbulento e imprevisível da linguagem; que aceita a

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0212084/CA

transitoriedade do saber constituído nela e com ela; que vê o outro como "irredutivelmente outro" em sua riqueza singular e inapreensível em métodos ou espaços pré-definidos, rígidos e irretocáveis.

> A experiência é carente de sentido e espírito apenas para aquele já desprovido de espírito (Benjamin, [1913], 2002, p. 23).
>
> (...) un sujeto como tal no puede ser percibido ni estudiado como cosa, puesto que siendo sujeto no puede, si sigue siéndolo, permanecer sin voz; por lo tanto su conocimiento sólo puede tener carácter *dialógico*[2] (Bakhtin, 1985, p. 383).
>
> O sujeito da experiência é aquele que sabe enfrentar o outro enquanto outro e está disposto a perder pé e a deixar-se derrubar e arrastar por aquele que lhe sai ao encontro: o sujeito da experiência está disposto a transformar-se numa direção desconhecida (Larrosa, 1998, p. 85).

Um "sujeito da experiência" que nos diz Larrosa (1998), a "experiência com espírito" que defende Benjamin (1913), um sujeito constituído numa "perspectiva dialógica" da linguagem, como diria Bakhtin (1985) — é esse sujeito que devemos ser no encontro com a criança e a infância, se afinal pretendemos, de fato, conhecer um outro. É na vertigem desse encontro que o que aparece como desajuste da criança toma um diferente posto de vista, possibilitando o surgimento de uma voz dissonante que denuncia o "sistema totalitário".

> Um sistema totalitário é uma ordem estável e estabilizada à qual repugna a incerteza. Por isso, o totalitarismo supõe a pretensão de projetar, de planejar e fabricar o futuro, mesmo que para isso tenha que antecipar e produzir também as pessoas que viverão no futuro de modo que a continuidade do mundo permaneça garantida (Larrosa, 1998, p. 76).

Um sistema desse tipo faz uso de uma "política autoritária" que anula toda e qualquer diferença que não esteja de acordo com o seu projeto. Esse sistema parece, em alguns momentos, estar presente na estrutura dos bastidores do trabalho na TV, seguindo uma idéia única, eliminando (nesse caso pela força institucional do apelo que tem uma oportunidade de estar na TV em nossos dias) qualquer resistência à ela e possibilitando, assim, a instauração do "terror totalitário": "... o terror inscrito na política totalitária deriva da assimetria entre a

[2] Grifo do Bakhtin.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0212084/CA

idéia que deve ser realizada e a facticidade do mundo que lhe opõe resistência: se a realidade não se ajusta à idéia, pior para a realidade" (Larrosa, 1998, p. 77).

Em algumas situações no cotidiano das crianças que trabalham em TV, a sua entrada e as diferentes demandas que trazem por suas especificidades e limitações são vistas como imprevistos e mostras de uma resistência indesejável que deve ser eliminada. O sistema não se vê inadequado à realidade da criança mas, ao contrário, a realidade de "ser criança" que deve se adequar.

E o que vem a ser o "ser criança"? Para além (ou aquém) de uma determinação sócio-histórica da infância, a criança sempre existiu. Mais ou menos inserida no mundo adulto, mais ou menos diferenciada dele, a criança carrega representações próprias evidentes em uma "produção cultural infantil" (Gouvêa, 2002). Os jogos, as brincadeiras, as histórias infantis fazem parte desse acervo cultural e nos dão pistas de como funcionaria a *lógica infantil*. Para Maria Cristina Gouvêa, é a partir do momento em que a criança é vista como produtora de cultura e, portanto, sujeito da linguagem que a constitui e que medeia suas relações com o mundo dos iguais e dos adultos, que podemos pesquisar a sua especificidade.

> Como sujeito social, a criança significa o mundo, dialogando com os elementos da cultura, apropriando-se a partir de uma lógica diferenciada — a lógica infantil. Ao longo da história da cultura ocidental, a criança foi progressivamente assumindo um lugar diferenciado do adulto e nesse processo construindo, na relação com o adulto, uma cultura infantil. Tal cultura historicamente elaborada é formada a partir de um repertório de produções culturais — jogos, brincadeiras, músicas, histórias que expressam a especificidade do olhar infantil, olhar este construído através do processo histórico de diferenciação do adulto (Gouvêa, 2002, p. 18).

Imaginar, imitar, organizar-se em pares, repetir, brincar... são ações infantis de apropriação, produção e difusão da cultura de seus iguais e do mundo que a cerca. "Brincando de ser criança" (*Idem*, p. 20) ela se apropria ludicamente do mundo, transformando-o, reinventando-o, transgredindo o real mundo dos adultos e, para quem ainda sabe *ser criança*, deliciando e convidando ao deleite do fazer, criar e produzir, compromissada apenas com o prazer de executar e com o exercício da criatividade.

A especificidade da infância estaria em seu "poder de imaginação, fantasia, criação" (Kramer, 2000, p. 12). A dimensão da criança cidadã faz-se

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0212084/CA

presente na constatação de que as crianças produzem cultura e são nela produzidas. Essa especificidade faz das crianças personagens críticos de seus contextos e capazes de subverter a ordem das coisas. Desse ponto de vista, a autora ressalta o quanto a criança tem para nos ensinar, tanto sobre ela mesma quanto sobre o mundo que nos cerca.

> Os objetos são dessacralizados e se produz cultura, se produz história. Aprende-se com as crianças que a mudança de todos é possível. Nesse processo, e graças às crianças, os adultos, que não sabiam rir nem chorar, se humanizam (Kramer, 2000, p. 13).[3]

Não se posicionar, no contato com a criança, como o outro que respeita a sua diferença e a escuta, é negar toda a riqueza desse encontro e perder a oportunidade que ele traz de se reinventar e transformar como sujeito. O desafio é ser, nessa experiência do trabalho em TV e como pesquisadora, a "contra-imagem do totalitarismo".

> "A contra-imagem poderia resultar de uma inversão da direção do olhar: o rosto daqueles que são capazes de sentir sobre si mesmos o olhar enigmático de uma criança, de perceber o que nesse olhar há de inquietante para todas as certezas e seguranças e, apesar disso, permanecer atentos a esse olhar e sentir-se responsáveis ante o seu mandato: deves abrir-me um espaço no mundo de maneira que eu possa encontrar um lugar e elevar a minha voz" (Larrosa, 1998, p. 79).

Talvez, no mundo contemporâneo, tenhamos até mais dificuldade em reconhecer as engrenagens do sistema totalitário na medida em que a sua arma já não é mais a força bruta, mas a complexa lógica do consumo que massifica e vai, assim, destruindo qualquer possibilidade do novo e do enigma, pois transforma a tudo e a todos em mercadoria. "Nosso totalitarismo consiste na captura pragmática da novidade, em sua administração e em sua venda no mercado do Futuro" (*Idem*, p. 87).

A criança não escapou desse novo jogo do poder. Muito pelo contrário, a mídia, essa grande anfitriã do consumo, parece ter entendido e ouvido as crianças. Reconhecendo a sua força, potência e voz, a inclui numa única categoria — a de consumidor. E assim, cada vez mais, a especificidade da infância vai sendo

---

[3]Trecho em que a autora faz uma análise do filme "O Tambor", dirigido por Volker Scholondorff.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0212084/CA

associada à sua condição de sujeito do consumo, calcada na representação única da criança de classe média (com poder aquisitivo de consumir), restringindo o imaginário infantil a esse universo limitado e negando toda a multiplicidade de representações da criança que coexistem nesse mesmo contexto. E a produção cultural da infância, tão associada ao brincar e à convivência com outros sujeitos e suas diferenças, vai sendo substituída pela univocidade do material massificado e difundido pela mídia (Gouvêa, 2002).

2.2
Um olhar sobre a infância contemporânea na cultura do consumo e da mídia

Aceitando que a mídia e, conseqüentemente, o consumo são fatores determinantes na constituição da infância contemporânea, é necessária uma discussão teórica desse conceito e de seu contexto: a "contemporaneidade". Evitaremos ao máximo qualquer comprometimento teórico relativo à contemporaneidade como uma continuidade ou ruptura com os valores da modernidade. Aceitando que tais valores se encontram em crise, e isso nenhum dos representantes deste embate nega, é com ela que aqui nos comprometeremos. Portanto, este capítulo tem a pretensão de trazer, antes, a tensão e a crise para o debate.

Mesmo sabendo do risco de toda generalização, identificamos, para além das inúmeras nuanças, dois grandes grupos de caminhos teóricos: um que vê a contemporaneidade como palco da crise de valores modernos estruturantes dos sujeitos, como a noção de indivíduo e de infância, e um outro que identifica, na crise da modernidade, rupturas, mas também continuidades. Ainda que ambos tematizem as perdas conseqüentes dessa crise, encontramos, no primeiro, um sentido mais nostálgico para elas, enquanto no segundo um sentido mais otimista, ainda que encoberto por um certo conformismo com as transformações, afinal, irremediáveis. Baudrillard, Jameson e Neil Postman estariam mais próximos da ideologia que caracterizaria o primeiro grupo, enquanto as idéias de Canclini, Lipovetsky e David Buckingham caracterizariam o segundo.

Vivemos hoje no mundo do virtual, da *internet*, da rapidez, da avidez por informação, do *sampler*. O individualismo e a busca de uma imagem ideal, da

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0212084/CA

satisfação plena, para muitos, determinam nosso comportamento. A mídia, em geral, aparece como aquilo que nos inebria, seduz e em última instância educa nossas crianças. Um mundo onde a mercantilização do comportamento e das manifestações culturais suscitaria dúvidas quanto à possibilidade de sermos criativos ou apenas recicladores do que um dia foi genial. Um tempo que parece não ter tempo para o que não é produtivo, para as coisas sem aparente finalidade. Por outro lado, vivemos transformações tecnológicas fascinantes que possibilitam comunicações antes inimagináveis que nos conectam ao outro – diferente ou semelhante – alargando nossa visão de mundo e nos aproximando. Os símbolos e signos culturais que nos identificam passam a ser comungados por uma comunidade cada vez maior. Crianças e adultos reencontram, no esvaecimento das fronteiras de seus respectivos universos, uma oportunidade de dialogar e cambiar posições de poder.

No conteúdo da mídia de massa brasileira convivemos com coisas constrangedoras como programas de auditório que distribuem dinheiro, expõem e exploram o sofrimento e a miséria; mas também iniciativas ousadas e inovadoras como a série "Cidade dos Homens"[4] que retrata de forma inteligente, generosa e sem preconceitos a cara de um Brasil excluído, na mesma miséria e sofrimento. Na programação infantil, ainda resiste o formato "loura à frente de auditório cheio de crianças entre desenhos animados", mas também podemos ver "Xuxa no mundo da imaginação"[5], que nos parece uma tentativa de reinvenção de seu papel na televisão, oferecendo um novo formato que registra e veicula o acervo da cultura infantil "tradicional" (histórias, contos de fada, canções, brincadeiras). Temos também a reedição do "Sítio do Picapau Amarelo"[6] (popularizando a obra de Monteiro Lobato) e a criatividade de "Castelo Rá Tim Bum"[7], que oferece programas lúdicos e inteligentes. Nossa televisão "aberta" serve de veículo para a propaganda publicitária incessante, mas também para campanhas importantes como "Natal sem Fome", doação de sangue ou de órgãos, uso de camisinha e conscientização sobre a questão das drogas.

---

[4]Série exibida pela Rede Globo.
[5]Novo programa da apresentadora Xuxa na Rede Globo.
[6]*Remake* deste programa na Rede Globo.
[7]Programa infantil exibido pela TV Cultura

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0212084/CA

O cotidiano de uma criança, hoje, é repleto de interações com as tecnologias. Televisão e computador são objetos familiares. A mídia a tem como um consumidor — cliente direto, sem a intermediação do adulto, oferecendo produtos específicos para a criança. Inserida na lógica do mercado e do consumo, observa-se um crescimento dessa oferta, principalmente de bens culturais.

Segundo as pesquisas expostas por Sérgio Caparelli (1998), "as crianças de 2 a 14 anos passam em média 4 horas e 6 minutos diariamente na frente da televisão (Ibope, março de 1989, nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro)" (*Idem,* p. 154*)*, que, inserindo-as no mercado consumidor, as vê como um segmento específico, para o qual se cria a oferta especializada de uma infinidade de produtos e bens culturais.

A publicidade não se dirige mais aos pais como consumidores indiretos, mas se esmera em seduzir a criança diretamente. Isso "acarreta novos modos de ser e viver a infância: desejar, possuir, relacionar-se com o dinheiro, gastar e saborear o poder de saber-se peça fundamental das estratégias de *marketing*" (Pereira et alli, 2000, p. 107). Essa mudança do lugar da criança na lógica do consumo e o contexto social (crise econômica, distanciamento dos pais, muitas horas assistindo à TV, torres que explodem às 11h da manhã em transmissão ao vivo, violência urbana) em que vivem fazem com que ela transite pelo universo adulto com desenvoltura.

Tendo o fantástico mundo das imagens como seu universo e os modelos como poderosos e estruturantes, a criança pode ser bastante suscetível a toda essa sedução imaginária do consumo, já que a relação especular com o outro está no centro de seus processos de individuação ainda em andamento.

> Quando as distinções eu/outro, eu/imagem, fantasia/realidade ainda são tênues, como acontece com a criança, a suscetibilidade do sujeito à imagem veiculada pelo consumo e a possibilidade de fazer coincidir o ser e o ter são ainda mais significativos e se apresentam como elementos importantes na constituição do eu infantil (Jobim e Souza, Garcia, Castro, 2000, p. 101).

Guattarri aponta para a substituição, pela TV, das relações que se davam no âmbito familiar, como processo de aprendizagem impetrado por ela e que mobiliza o universo da criança em todos os seus níveis, tornando-a instrumento fundamental na constituição de sua subjetividade. É através da relação com as tecnologias audiovisuais, mais sedutoras para o universo infantil, que o sistema de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0212084/CA

representações e valores do capitalismo se insere na estruturação de sua subjetividade (in: Jobim e Souza, 1997).

> A mídia invade nosso cotidiano. A criança e o adolescente de hoje não conheceram o mundo de outra maneira — nasceram imersas no mundo com telefone, fax, computadores, televisão etc. TVs ligadas a maior parte do tempo, vistas por qualquer faixa etária, acabam por assumir um papel significativo na construção de valores culturais. A cultura do consumo molda o campo social construindo, desde muito cedo, a experiência da criança e do adolescente que vai se consolidando em atitudes centradas no consumo (Campos., Jobim e Souza, 2002, p. 132).

Essas idéias parecem encaixar-se perfeitamente na situação familiar e social em que a criança contemporânea se encontra, com o pai e a mãe cada vez mais ausentes e distantes socialmente. Adultos e crianças, de uma forma geral, estão guetificados e perdendo espaço de diálogo real. A criança na escola e o adulto no trabalho têm cada vez mais dificuldade em trocar suas experiências, perdendo a oportunidade de uma interlocução preciosa e necessária às transformações e ao reconhecimento da alteridade como lugar de conflito e riqueza. Nesse hiato a TV ocupa um lugar privilegiado no contexto infantil, tornando-se companheira, interlocutora, educadora e generosa no fornecimento de modelos que estão em falta pelo pouco contato cotidiano com os adultos.

2.2.1
Consumo – protagonista da história contemporânea

2.2.1.1
O consumo e o sujeito em perigo

Esse contexto cultural e ideológico não poderia ser descrito sem que introduzíssemos a ação poderosa do consumo que se apresenta como a própria linha que costura a teia da contemporaneidade e encontra nas crianças clientes-consumidores valiosos e fascináveis pelas promessas midiáticas.

> Essa exacerbação consumista — um fenômeno evidente nos nossos tempos — é, em grande parte, produzida pelo uso e pela manipulação da imagem, instrumento fundamental na construção de um cotidiano no qual os sujeitos são absorvidos na "imanência da ordem dos signos", como bem diz Baudrillard. A

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0212084/CA

> imagem seduz, convida, incita o sujeito a uma inserção cada vez mais aprisionante — e, sem que ele o perceba, sempre insatisfatória — na ordem do consumo (Jobim e Souza; Garcia; Castro, 1997, p. 99).

Como coadjuvantes num grande cenário publicitário onde tudo está à venda e a satisfação e a felicidade têm um preço palpável e material, basta que se tenha um cartão de crédito. Ser rico, famoso e bonito (dentro de padrões estéticos bem definidos) parece ser a tríade básica do sucesso pessoal. Todos querem estar na TV. Os quinze minutos de fama que Warhol previu estão aí disponíveis para qualquer um que se disponha a participar dos *reality shows* que abundam na telinha e que esquentam as disputas pelo tão desejado "Ibope".

> A cultura da superficialidade aposta no caráter mutante e efêmero dos bens a serem consumidos, e na necessidade de massificação, para que um maior número de pessoas se tornem consumidoras em potencial. Não só consumidoras de bens, de produtos, visto que no terceiro mundo a grande maioria pouco consome, mas também consumidora de idéias, de atitudes, de comportamentos. No cruzamento entre o aspecto mutacional e o massificador, está a mídia, grande anfitriã da contemporaneidade, que possibilita o advento da "Sociedade de Consumo" (Miranda, 2000, p. 30).

É verdade que sob o nome de mídia estão agrupadas coisas diferentes, como a televisão, a mídia impressa ou a *internet*, porém todas parecem estar submetidas à lógica do mercado e, portanto, do consumo. A publicidade, onipresente e representante dessa lógica, incita o consumo, satisfazendo demandas que não são da ordem da necessidade, mas sim da ocupação de espaços simbólicos.

Através do poder da imagem, a TV, com tamanha capacidade difusora, se apresenta como um dos instrumentos mais poderosos dessa lógica, chegando aos lugares mais remotos — praças de pequenas cidades do Brasil e ao mesmo tempo aos mais íntimos — o quarto de cada habitante de uma casa.

Inês Sampaio identifica na TV uma vocação para a "corporificação do princípio de realidade" (Sampaio, 2000, p. 30), como conseqüência de seu uso social para a informação e a documentação, simulando uma "autenticidade visual" que dá à comunicação midiática o caráter de "uma observação de primeira ordem, como se tivéssemos acesso à realidade "tal qual ela é" (*Idem*).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0212084/CA

> Além de sua superioridade diante das outras mídias, em disfarçar a sua própria mediação, a televisão favorece ainda a constituição de vínculos emocionais. Jörg chama atenção para o fato de que as imagens mobilizam mais fortemente a atenção do que os textos. Emocionalmente envolvido, o público tende a distinguir, com menor clareza, ficção e não-ficção (Jörg, *apud* Schimidt e Spieβ, *Idem*).

Assim, a televisão deixa de ser "uma janela para o mundo" (*Idem*, p. 31), transformando-se na metáfora que a coloca como uma janela para a nossa cultura. A TV como veículo de criação e construção da realidade, e não como um observador e veiculador fidedigno. No entanto, segundo Sampaio, Schmidt não quer dizer que não haja uma apropriação particular da realidade pela audiência, "como se a mídia fosse capaz, 'por si mesma', de estabelecer um sentido definitivo de realidade independente dos agentes" (*Idem*). Para além da apropriação cognitiva de cada um, a apropriação da realidade é também um processo socialmente orientado no qual os agentes trocam e checam entre si as suas próprias percepções da realidade, sendo a televisão fonte de material para estas trocas sociais de construção da realidade. É por isto que Schmidt, propõe que vivemos hoje numa "cultura da mídia".

> Quanto mais significativa se torna a comunicação, mediada através das mídias, numa sociedade, tanto maior torna-se a influência da mídia e da comunicação sobre o uso e a interpretação do programa cultura — por isso, nós podemos corretamente, partir da idéia de viver numa cultura da mídia (Schimidt e Spieβ, 1995:19, in: Sampaio, 2000, p. 31).

Que poder é esse que as imagens assumem na "cultura da mídia", capazes de massificar, homogeneizar e, segundo alguns autores, colocar os sujeitos "em perigo"?

Segundo a psicanálise, a imagem está no centro do processo psíquico de constituição do ego e da subjetividade, porque é na relação especular com a imagem do outro que me constituo como eu. Tendo o outro como objeto de desejo, dá-se o processo de identificação narcísica. O "eu ideal" narcísico se desdobra no "ideal do eu", "marcado pela castração — possibilitador da inserção do sujeito na dimensão do futuro e da falta" (Jobim e Souza, Garcia e Castro, 1997, p. 99). Sendo assim:

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0212084/CA

> O sujeito do consumo se apropria da imagem projetada sem a intermediação do outro desejante, num movimento identificatório circular onde o eu se constitui a partir de sua projeção num mundo de objetos e na recusa da tensão eu/outro, eu/imagem. Assim, no escamoteamento de conflitos e contradições inerentes à trajetória constitutiva do eu, os ideais também são solapados, assim como a possibilidade do sujeito se projetar no futuro e se perceber construtor de sua história. O movimento subjetivo de construção do ideal é substituído pela cristalização no presente, própria do narcisismo, na qual ter e ser se confundem (Jobim e Souza, Garcia e Castro, 1997, p. 100).

Negando a alteridade e a diferença, negamos a falta e a impossibilidade de satisfação absoluta, e passamos a acreditar que podemos ter e ser o que o outro-mídia nos oferece como modelo. Dessa forma, o sujeito do consumo se torna um desejante vazio, ávido e sempre insatisfeito; o sujeito ideal para manter a engrenagem em pleno funcionamento. Numa época de excessos de estimulação, produção e consumo e penúria simbólica, os objetos perdem o seu valor de uso e são consumidos como signos e imagens. Os avanços tecnológicos trazem-nos uma profusão excessiva de estímulos que não temos capacidade de metabolizar, causando "enfraquecimento e fragmentação das estruturas simbólicas que sustentam a organização subjetiva" (Garcia, 1999, p. 97).

A verdade do consumo fundamenta-se na funcionalidade e na instrumentalidade, interferindo no princípio do prazer como regulador da economia libidinal. Essa economia volta-se para o imediato, anulando as diferenças individuais e homogeneizando-as em padrões consumíveis disseminados pela mídia. A alteridade perde-se nos modismos e com ela se vai a possibilidade do confronto com a diferença (o Outro) — condição estruturante do sujeito.

Podemos ainda pensar na questão da família, lugar essencial na estruturação da civilização e do superego e que tem, hoje, configurações diferentes daquelas descritas por Freud. A função paterna essencial à constituição do superego, declinante, é, na atualidade, cada vez mais preenchida, principalmente na vida das crianças, por objetos e veículos midiáticos que as rodeiam.

No entanto, o desamparo primordial que nos obriga ao contato com o outro e nos faz dele dependente ainda caracteriza nossa origem. Esse desamparo inicial é que impele o sujeito à sua primeira identificação com o pai — primeiro movimento da instituição do superego e da própria civilização permanece. O que

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0212084/CA

acontece se esse pai não se apresenta como um modelo moral e ético "singularizado" o bastante, "simbólico" o bastante para esse novo ego em estruturação? O que acontece quando o Outro, lugar do simbólico, da linguagem e, portanto, do confronto estruturante, se mostra empobrecido? Resulta daí um sujeito contemporâneo também empobrecido e ávido por imagens que sirvam de paliativo momentâneo para qualquer sensação de vazio ou frustração, colocando em perigo a própria função simbólica e, portanto, o próprio sujeito contemporâneo. (Garcia, 1999)

Segundo Charles Melman, a sociedade atual promete, através da mídia e da tecnologia, o gozo pleno e absoluto. Esse desejo, próprio do neurótico, em se economizar da ação do simbólico, em obturar a falta, é satisfeito com as promessas do mundo do consumo e o condena ao registro imaginário da relação dual e especular com o outro semelhante, com as imagens. Toda a esfera de relacionamento do sujeito fica restrita a essa dimensão imaginária e horizontal, onde ele fica condenado ao reconhecimento desses outros semelhantes. A mídia, o espetáculo, é um palco privilegiado para essa demanda. Numa sociedade onde não há a prevalência do simbólico, onde o campo do Outro promete gozo absoluto, onde as mensagens são simples e diretas — não há enigmas que convoquem à linguagem —, só resta ao sujeito consumir o outro sem dar nada em troca. O sujeito perde a capacidade de deliberar sobre a sua conduta, e o que se cria é uma comunidade de adictos por drogas, por consumo e por imagens. Uma comunidade que tem sua conduta ética balizada pela horizontalidade do bom senso e da opinião pública, onde não há lugar para a falta e para o limite, pois a tecnologia (material) e a cultura (valores) prometem viabilizar o gozo pleno.

As idéias expostas até aqui parecem nos levar a uma compreensão mais pessimista ou negativa da função do consumo como instrumento sociocultural fundamental no processo de subjetivação contemporâneo, acusando aí um sujeito "empobrecido", "em perigo" e submetido a uma falsa idéia de felicidade; hipnotizado como narciso na superfície de cristal líquido e tela plana da mídia.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0212084/CA

2.2.1.2
O consumo e o "novo" sujeito contemporâneo

Em seu ensaio "Do individualismo moderno ao narcisismo contemporâneo: a produção de subjetividade na cultura do consumo", José Eduardo Saraiva (2000) nos conduz a uma discussão sobre as rupturas e continuidades das ideologias que estruturavam a sociedade moderna e as transformações que nos levam a novos paradigmas, constituindo o que pode ser chamado de pós-modernidade. O consumo e a sua lógica aparecem como instrumento central nos mecanismos que influenciariam a crise de conceitos tais como o da infância e do individualismo — tão caros à modernidade.

Se em Jameson e Maffesolli encontramos a crença na morte desse sujeito moderno, em Calligaris e Lipovetsky a noção de indivíduo, revisitada mas não extinta, é uma das características da pós-modernidade e configura não uma ruptura mas uma continuidade com a modernidade, "com a cultura pós-moderna pensada enquanto um alargamento do individualismo" — o narcisismo pós-moderno (Saraiva, 2000, p. 53). Assim, longe de aceitarem a idéia da morte do individualismo, estes autores reconhecem um "recrudescimento da ideologia individualista pela intensificação do hedonismo e massificação do consumo" (*Idem*, p. 50).

Saraiva põe ainda em contraponto as idéias de Baudrillard (a fetichização do consumo) e Pasolini (o genocídio cultural) de um lado, e as de Néstor Canclini do outro, ao falar das diferentes abordagens sobre subjetividade e cultura de consumo. Nos primeiros encontraríamos uma visão negativa do consumo e no segundo uma saída mais positiva, que o vê como um instrumento de subjetivação e regulador social, ao invés de um manipulador impiedoso dos sujeitos e de seu comportamento. Canclini situa o lugar do consumo na sociedade contemporânea a partir de uma perspectiva que torna mais apropriado pensar em termos de uma "cultura do consumo", em oposição à idéia da "sociedade de consumo", proposta por Baudrillard. Nela o consumismo ganha um caráter de positividade, quando entendido como expressão de cidadania e, como tal, agenciador da subjetividade.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0212084/CA

> Positivar o consumo, é importante repetir, não é ficar cego às injustiças de caráter ideológico responsáveis pela perpetuação do sistema econômico; muito além disso, trata-se de superar uma visão negativista e um resquício de idealismo presentes na idéia de capitalismo como distorcedor de uma realidade concebida por si só como rica e plural. A sociedade de consumo é mais do que uma distorção, talvez seja fator de subjetivação. O consumismo aparece em Calligaris (1996) — que nesse sentido corrobora Canclini — como um poderoso, e talvez o único, agente regulador das condutas sociais na contemporaneidade. Nessa perspectiva, talvez seja mais apropriado falar de uma cultura — no sentido de constituidora de subjetividade — do consumo (*Idem*, p. 63).

Para Néstor Canclini (1995) a associação corriqueira entre o ato de consumir e as "compulsões irracionais" (Canclini, 1995, p.51) indica uma "desqualificação moral e intelectual" (*Idem,* p. 52) apoiada em outros lugares comuns, como a onipotência das mídias de massa. Estudos sobre a comunicação de massa apresentados pelo autor demonstram que a hegemonia não se dá verticalmente entre a TV e o sujeito. Entre eles há mediadores, como a família e os amigos, que serviriam para uma construção crítica e mais ativa dos vínculos entre emissor e receptor. Para Canclini, parece uma contradição falar de processos de dominação tão homogêneos, quando também se pregam a fragmentação e a segmentação como características estruturantes de nossos tempos. Sendo assim, se situamos os processos comunicacionais em um quadro conceitual mais amplo, esse vínculo entre mensageiro e receptor pode ser entendido não apenas como dominação mas também como colaboração e transação.

Desse ponto de vista, o consumo se apresenta como algo além do exercício de gostos ou caprichos, na verdade, parte do "ciclo de produção e reprodução social: é o lugar em que se completa o processo iniciado com a geração de produtos, onde se realiza a expansão do capital e se reproduz a força de trabalho" (*Idem,* p. 53).

Para esse autor, a visão marxista sobre a comunicação de massa entre os anos 50 e 70 superestimou a capacidade de influência das empresas em relação aos consumidores e às audiências. Teorias mais complexas sobre essas interações revelam o consumo como a manifestação de uma "racionalidade sócio-política interativa" (*Idem*, p. 54). Isso quer dizer que a visão de unilateralidade é substituída por uma representação das interações do consumo como territórios de negociação entre produtores e emissores, onde até as classes com menos poder aquisitivo têm de ser seduzidas e onde os produtores precisam se justificar

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0212084/CA

racionalmente. "Consumir é participar de um cenário de disputas por aquilo que a sociedade produz e pelos modos de usá-lo" (*Idem*).

Se olhamos o consumo como lugar de distinção entre classes e grupos, chegamos aos "aspectos simbólicos e estéticos da racionalidade consumidora" (*Idem*, p. 56) que revelam uma lógica na construção dos signos de status e nas maneiras de comunicá-los. A lógica do consumo estaria pautada, não na necessidade, mas na escassez e na impossibilidade de que outros possam consumir determinada coisa. Independentemente da questão da justiça social, essa lógica organiza a sociedade na medida em que compartilha valores daquilo que se torna objeto do desejo e do status criando o significado cultural de um bem de consumo. "Devemos concluir que no consumo se constrói parte da racionalidade integrativa e comunicativa de uma sociedade" (*Idem*).

Alguns autores apontam os cenários do consumo como lugares de dispersão dos signos e da dificuldade de estabelecer códigos estáveis e compartilhados. Canclini não considera isso como desordem e dispersão dos sujeitos. Nas pesquisas de mercado não se sustenta a visão de um desejo errático e impulsivo, mas sim a presença de uma necessidade de ordenar e pensar aquilo que desejamos. O consumo aparece em nossa organização contemporânea como um dos "rituais" que servem para "dar sentido ao fluxo rudimentar dos acontecimentos" (*Idem*, p. 59). O consumo ganha o papel de organizador social:

> ... o consumo se liga, de outro modo, com a insatisfação que o fluxo errático dos significados engendra. Comprar objetos, pendurá-los ou distribuí-los pela casa, assinalar-lhes um lugar em uma ordem, atribuir-lhes funções na comunicação com os outros, são os recursos para se pensar o próprio corpo, a instável ordem social e as interações incertas com os demais. Consumir é tornar mais inteligível um mundo onde o sólido se evapora. Por isso, além de serem úteis para a expansão do mercado e a reprodução da força de trabalho, para nos distinguirmos dos demais e nos comunicarmos com eles, como afirmam Douglas e Isherwood, "as mercadorias servem para pensar" (*Idem*, p. 59).

No jogo entre desejos e estruturas, as mercadorias teriam a função de ordenar politicamente cada sociedade, na medida em que no consumo teríamos um processo de materialização dos desejos "em demandas e atos socialmente regulados" (*Idem*). É nesse sentido que Canclini propõe a relação entre consumo e cidadania.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0212084/CA

No mundo de hoje, globalizado, onde "as comunidades de pertencimento e de controle estão se reestruturando" e quando "vivemos um tempo de fraturas e heterogeneidade, de segmentações dentro de cada nação e de comunicações fluidas com as ordens transnacionais da informação, da moda e do saber", os grupos estão se formando sob outros princípios além de etnias, nacionalidade ou classe. Assim, o comportamento de consumo, hoje, identifica uma nação mais do que suas fronteiras geográficas o fariam e possibilita uma identificação com outras nações para além delas, uma vez que os acordos entre produtores, receptores instituições e mercados se fazem através dessas redes internacionais.

A crítica ao consumo como cenário irrefletido de gastos inúteis muda de lugar e projeta seu foco nesta organização "transnacional dos sistemas simbólicos" (*Idem*, p. 62), onde a lógica neoliberal de lucro máximo dos bens de massa concentra a cultura, que capacita as decisões em elites selecionadas. Assim, a causa do achatamento cultural e da desativação política não estaria na mídia (televisão, radio ou vídeo), que, pelo contrário, demonstra potencial de reflexão crítica quando desatrelada dessa lógica. Não estaria tampouco na diminuição da vida pública com a retirada da família para a privatização de um lazer cada vez mais tecnológico. No entanto, Canclini ressalta que essas mudanças na relação entre o público e o privado no consumo cultural cotidiano são a base para pensarmos uma nova forma de exercer a cidadania. Para unir consumo e cidadania são precisos, diz ele, alguns requisitos:

> ... a) oferta diversificada de bens e mensagens representativos da variedade de mercados com acesso para as maiorias; b) informação confiável sobre a qualidade dos produtos para que o consumidor possa ir além da sedução publicitária; c) "participação democrática dos principais setores da sociedade civil nas decisões de ordem material, jurídica e política em que se organizam os consumos... (*Idem*, p. 66).

Essas ações políticas fariam o consumidor ascender à condição de cidadão, transformando a concepção do mercado: de simples lugar de troca mercantilista para lugar de interações socioculturais mais complexas, transformando, por sua vez, a visão do consumo como possessão individual para "apropriação coletiva, em relação de solidariedade e distinção com outros, de bens que proporcionam satisfações biológicas e simbólicas, que servem para enviar e receber mensagens"

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0212084/CA

(*Idem*, p. 66). O valor mercantil das coisas não estaria contido nelas, mas nas interações socioculturais de seu uso.

> Nós homens intercambiamos objetos para satisfazer necessidades que fixamos culturalmente, para integrarmo-nos com outros e para nos distinguirmos de longe, para realizar desejos e para pensar nossa situação no mundo, para controlar o fluxo errático dos desejos e dar-lhes constância ou segurança em instituições e rituais (*Idem*, p. 67).

Assim, pensar o consumo apenas no seu aspecto mercantilista seria não aproveitar as múltiplas possibilidades presentes no caráter semiótico que os objetos apresentam (*Idem*), bem como nos variados contextos em que as coisas nos permitem encontrar as pessoas. Por outro lado, vincular consumo e cidadania exige um reposicionamento do papel do mercado na sociedade, novas formas de ocupação dos espaços públicos e do interesse pelo que é público. "Assim o consumo se mostrará como um lugar de valor cognitivo, útil para pensar e atuar significativamente e renovadoramente, na vida social" (*Idem*, p. 68).[8]

Concordamos com Saraiva quando conclui:

> As idéias de Canclini configuram-se numa interessante saída para os impasses criados pelas reflexões de Pasolini e Baudrillard. Sem negar a condição reprodutora que o consumismo pode assumir, Canclini vai além da perspectiva meramente coisificante ao vincular consumo e cidadania" (*Idem*, p. 62).

2.2.2
Infância e mídia: visões contrastantes sobre o mesmo fenômeno

Qualquer que seja o ponto de vista, permanece a questão do consumo como protagonista do espetáculo contemporâneo. Como parceira de cena (quase indissociável), estaria a mídia — grande difusora e anfitriã de sua lógica e poder. Sujeitos ou assujeitados pelo consumo, estabelecemos, com o que nos é oferecido pela mídia, uma relação marcada pelas peculiaridades desse nosso tempo.

---

[8]Como exemplo desse tipo de iniciativa, Canclini coloca as ONGs na sociedade civil e a figura do *ombudsman* na iniciativa privada, bem como comissões de direitos humanos de instituições. Diz ele: "Alguns consumidores querem ser cidadãos" (*Idem*, p. 68).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0212084/CA

Essa tensão teórica faz-se necessária e presente quando discutimos a infância contemporânea. O mesmo confronto de idéias entre modernidade e pós-modernidade, entre desaparecimento ou transformação, entre pessimismo e entusiasmo frente às mudanças, aparece quando ajustamos nossa lente para a experiência e para a sua conceituação.

Desse embate teórico podemos dizer que, guardando as devidas distinções, teríamos duas linhas primordiais de pensamento: uma que vê a contemporaneidade como lugar de ruptura com uma idéia de infância criada na modernidade e uma outra que vê rupturas mas também continuidades, ou seja, transformação ao invés de desaparecimento. Para figurar essa discussão convocamos para interlocutores, respectivamente, os autores Neil Postman (1999) e David Buckingham (2000).

2.2.2.1

Infância em perigo na cultura da mídia

Neil Postman, em seu livro intitulado "O desaparecimento da Infância", diz que a infância foi criada na modernidade, principalmente relacionada ao aparecimento da prensa tipográfica e à conseqüente difusão de textos escritos. Seguindo esse raciocínio, vai dizer que a invenção do telégrafo é o começo do desaparecimento da mesma — processo que vem recrudescendo com o aparecimento da TV e mais contemporaneamente com a *internet*. Segundo Postman, a invenção da prensa tipográfica criou um novo mundo simbólico e conseqüentemente uma nova concepção de idade adulta, que excluiu as crianças. Essa exclusão, por sua vez, obrigou a cultura a inventar, assim, um mundo próprio para elas. "... como a prensa tipográfica criou a infância e como a mídia eletrônica a faz "desaparecer" (Postman, 1994, p. 120). Assim, com a prensa tipográfica começa-se a construir o que se convencionou chamar de modernidade, e o telégrafo inaugura a ruptura que caracterizaria, então, a pós-modernidade.

A tipografia surge num mundo até então regido pela lógica de uma sociedade de comunicação oral, marcada pela indistinção entre os domínios públicos e privado e entre adultos e crianças. As noções de indivíduo, pudor ou

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0212084/CA

vergonha não existiam. Adultos e crianças circulavam nos mesmos espaços físicos e simbólicos.

Com o aparecimento da tipografia e seu posterior desenvolvimento, a leitura, a escrita, a figura do autor (em oposição ao lugar da não propriedade das palavras que caracterizava a cultura dos escribas) e a literatura contribuirão para a construção da noção de indivíduo, tão cara à modernidade. Cinqüenta anos após o seu invento, já se podiam distinguir dois grandes grupos que caracterizavam essa época — os que sabiam ler e escrever e os que não sabiam.

> No transcorrer do século um ambiente simbólico inteiramente novo tinha sido criado. Esse ambiente encheu o mundo de novas informações e experiências abstratas. Exigia novas habilidades, atitudes e, sobretudo, um novo tipo de consciência. Individualidade, enriquecida capacidade para o pensamento conceitual, vigor intelectual, crença na autoridade da palavra impressa, paixão por clareza, seqüência e razão — tudo isto passou para o primeiro plano, enquanto o oralismo medieval retrocedia (Postman, 1994, p. 50).

Sob a ideologia iluminista reinante na época, a racionalidade e a civilidade passaram a ser associadas aos que tinham acesso à escrita e à leitura, impondo a estes todo um processo de aprendizagem baseado principalmente na disciplina. As crianças tornam-se os indivíduos que deveriam se submeter a tal processo para que alcançassem o letramento e a maturidade. Nascia aí a distinção entre um mundo adulto e um mundo infantil, com seus saberes adequados e apropriados a cada um desses grupos.

Começa a haver uma distinção clara entre universos e comportamentos públicos e privados. Inicia-se, assim, um acervo de segredos aos quais as crianças não deveriam ter acesso. Cria-se, em relação à infância, um sentimento de pudor. Desprotegida, ignorante e inocente, ela precisava ser tutelada e disciplinada para se tornar um adulto civilizado. Era na escola (reinventada nesse longo processo) que a criança ia, paulatinamente, de acordo com capacidades previamente definidas pela ideologia desenvolvimentista, entrando em contato com o saber e o conhecimento — privilégio dos adultos.

O moderno conceito de infância é marcado por idéias como as de Locke, onde a criança é vista como uma "tábula rasa" onde precisam ser inscritos os princípios e valores sociais para que ela venha a se tornar um adulto civilizado; e também por idéias como as de Rousseau, para quem a infância seria o período e a

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0212084/CA

condição humana mais próximos da natureza, da pureza que será corrompida exatamente por esse processo civilizatório disciplinador. Visões romanciadas de uma infância ingênua e desamparada e que, por isso, precisa da tutela e da educação do adulto. Mas também lugar da pureza, espontaneidade, vigor e alegria que precisa ser protegido dos terríveis segredos da civilização adulta, como o sexo e a violência.

A invenção do telégrafo traz mudanças que obrigam, por sua vez, a novas transformações na estrutura vigente, segundo Postman. A mensagem numa velocidade que excede os limites humanos inaugura um novo mundo e põe em risco os valores que estruturavam o mundo moderno. Sendo assim, a mensagem elétrica muda o caráter da informação. Do pessoal e regional para o impessoal e global, um tipo de comunicação que supera a velocidade do corpo humano, eliminando o tempo e o espaço como dimensões humanas da comunicação, desencarnando a informação num nível inimaginável para o processo antes imposto pela escrita. Abre-se a possibilidade de um mundo de simultaneidade e instantaneidade que estaria para além da experiência humana, eliminando tanto o estilo pessoal quanto a própria personalidade como um aspecto da comunicação.

É nesse contexto da transformação do mundo da informação, unido à uma revolução gráfica (que acontece simultaneamente), que vemos surgir a televisão. É nela que, segundo o autor, podemos ver mais claramente as novas condições que fazem desaparecer a infância moderna essencialmente estruturada sobre as características de um mundo letrado.

Ao contrário do livro, a TV não exige nenhum processo específico de aprendizado, já que não é preciso aprender a ver imagens e a relação com elas passaria muito mais pelas emoções do que pela razão. Postman alega que, mesmo usando a linguagem falada, é a imagem que domina a comunicação, devido a sua grande rapidez e fragmentação, demandando do espectador não a concepção mas meramente a percepção[9]. Portanto, toda a estruturação da infância baseada no processo escolar e educativo fica ameaçada.

---

[9]Como contraponto desta tese sobre a linguagem da TV ver MACHADO, A (2001) **A televisão levada a sério.,** onde o autor apresenta tese oposta dizendo que a TV é herdeira do rádio e, enquanto tal, tem na oralidade a supremacia de sua comunicação e linguagem.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0212084/CA

> Aprender a ler é aprender a aceitar as regras de uma complexa tradição lógica e retórica que exige que avaliemos o caráter das orações com cautela e rigor, e, claro, que modifiquemos os significados continuamente à medida que novos elementos se desdobram em seqüência. A pessoa letrada precisa aprender a ser reflexiva e analítica, paciente e afirmativa, sempre ponderada, para poder, após a devida consideração dizer não a um texto (Postman, 1994, p. 91).

Além disso o universo informacional da TV tem como característica a mensagem "desencarnada", tal como o telégrafo, ou seja, vai de ninguém para todo o mundo, sem respeitar diferenças de grupos, como adultos e crianças. O controle sobre a informação, feito pelos adultos, até então guardiões dos segredos de seu mundo específico, acaba escancarado por esse "veículo sem segredos", desestruturando a hierarquia do conhecimento. A TV é um veículo que, no que diz respeito à sua acessibilidade, traz um tipo de informação indiferenciada, onde a distinção entre as categorias adulto e criança se torna dispensável.

> Podemos concluir, então, que a televisão destrói a linha divisória entre infância e idade adulta de três maneiras, todas relacionadas com sua acessibilidade indiferenciada: primeiro, porque não requer treinamento para apreender sua forma; segundo porque não faz exigências complexas nem à mente nem ao comportamento; e terceiro porque não segrega seu público (*Idem*, p. 94).

A televisão, segundo esse autor, tem como material primordial a informação incessante, nova e interessante para seduzir o público. É por isso que todos os tabus da cultura estão ali expostos, pelo simples fato de que ela precisa de material. Como meio pictural que opera no presente, na velocidade da luz, a televisão precisa propagar informação, não necessariamente coletá-la. Por isso, seu conteúdo é marcado pela superficialidade e pela rapidez, sem lugar para reflexões sobre o assunto em pauta — o que "Daniel Boorstin denomina 'pseudo-evento', isto é, o acontecimento encenado para consumo público" (Postman, 1994, p. 96). Nessa busca incessante pela informação, a TV cria assuntos para expandir seu material, baseados unicamente na sua necessidade, como a vida particular das estrelas, por exemplo. A TV acaba por recriar no espectador essa sua necessidade, fazendo dele um sujeito ávido por novidades e revelações públicas daquilo que costumava ser restrito ao mundo privado.

A idéia de vergonha fica, assim, dissolvida e desmistificada. Postman vai alertar para o perigo de dissolver o mais poderoso regulador social que temos, e invoca Freud e Norbert Elias para ressaltar o papel da vergonha como instrumento

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0212084/CA

psíquico de controle da barbárie que nos habita e que precisa ser controlada para a vida em comunidades civilizadas.

> As crianças, em outras palavras, estão imersas num mundo de segredos cercados de mistério e temor; um mundo que se tornará inteligível para elas por obra e graça dos adultos que lhe ensinarão, por etapas, como a vergonha se transforma num conjunto de diretrizes morais. Do ponto de vista da criança, a vergonha dá poder e autoridade aos adultos (*Idem*, p. 100).

Como, no ambiente midiático contemporâneo, não há mais segredos, e as respostas vêm antes mesmo de serem feitas as perguntas, as crianças substituem o espanto e a curiosidade pelo cinismo ou pela arrogância, e passam a não mais confiar na autoridade adulta, mas antes, em notícias veiculadas pela mídia.[10] A infância, diz ele, não pode existir idealmente sem uma certa dose de hipocrisia, ou seja, um certo fingimento segundo o qual aspectos da vida não apropriados a um desenvolvimento saudável não existem ou estão sob controle, tais como o sexo e a violência. Isso porque, para o seu desenvolvimento, a criança precisa acreditar que os adultos têm controle sobre os seus impulsos e uma clara noção do que seja certo e errado.

Mesmo assim, o autor ressalta que não se deve ocultar todo o material "indesejável" do conhecimento das crianças, mas é fundamental a maneira como isso é passado para elas. Os contos de fadas, por exemplo, seriam um meio de expor a violência de maneira saudável, uma vez que é feito com a intermediação do adulto, que teria controle sobre essa transmissão. Em contraponto, teríamos como exemplo os noticiários da TV, um dos responsáveis por desvendar para as crianças os "bastidores de uma vida adulta" (Postman, 1994, p. 109) cheia de conflito e inquietação. Postman se pergunta, então, que efeitos uma exposição desse tipo teria sobre as crianças e sobre seu comportamento em relação ao mundo e aos adultos.

---

[10]A noção de aberração ou pudor sexual, por exemplo, perde totalmente o sentido quando a TV não apresenta limites na exploração do erotismo em suas imagens, levando a uma resignificação da sexualidade humana e do desenvolvimento infantil (Postman, 1994).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0212084/CA

> Isto significa que se tornaram adultos ou, pelo menos, semelhantes aos adultos. Significa, para usar uma metáfora minha — que ao ter acesso ao fruto, antes escondido da informação adulta, são expulsas do jardim da infância (Postman, 1999, p. 111).

Ao "serem expulsas do jardim de infância", encontram um mundo adulto que também já não apresenta as mesmas características daquele no qual o conceito de infância concebido numa cultura letrada foi estruturado. Trata-se de um adulto infantilizado — o "adulto-criança" (*Idem*, p. 113). Esse adulto, mais próximo do comportamento infantil, seria mais um indício de sua tese do desaparecimento da infância. Na medida em que os limites entre os dois universos se vão enfraquecendo, os comportamentos de crianças e adultos se aproximam e se igualam. Num universo simbólico em que as demandas não são muito diferenciadas, esses sujeitos acabam se aproximando e a configuração das etapas da vida se fundindo. E restam, diz o autor, dois extremos: os recém-nascidos e os senis, e entre eles uma grande fase indefinida em que adultos e crianças se tornam indiferenciados.

Podemos concluir que Postman vê a TV como um veículo essencialmente infantil (coerente com sua idéia do que seja infantil), em suas premissas e em seu funcionamento. Um veículo que privilegia a imagem e a concretude, a superficialidade, o tempo presente, a satisfação imediata e a inconseqüência. Um veículo que tem a sua própria "teologia" baseada na fé na tecnologia e uma estrutura de conteúdos em forma de historietas. Tal veículo acaba por infantilizar seus espectadores e, assim, contribuir poderosamente para o desaparecimento das diferenças entre a infância e a idade adulta.

O autor não acredita que a TV possa ser aperfeiçoada para reverter esse processo, já que é "o caráter do veículo, não o caráter dos usuários do veículo, que produz o adulto-criança" (Postman, 1994, p. 127). Recusando os argumentos que apontam a televisão como mais um passo evolutivo na educação, ele questiona que avanço seria esse, baseado em uma alfabetização visual e eletrônica.[11] O que Postman percebe nas várias áreas da vida contemporânea cotidiana é a extinção da infância.

---

[11]Defendida pelo presidente do conselho da American Broadcasting Company, Leonard H. Goldenson por ocasião de uma cerimônia de formatura em 1981 (Postman, 1994, p. 128).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0212084/CA

> Há evidência a ser observada na fusão do gosto e estilo de crianças e adultos assim como nas mutáveis perspectivas de instituições sociais importantes como o direito, as escolas e os esportes. E há evidência do tipo "pesado" — cifras sobre alcoolismo, uso de drogas, atividade sexual, criminalidade etc. — que implica uma declinante distinção entre infância e idade adulta (*Idem*, p. 134).

Assim, ele observa a representação atual da criança na mídia como adultizada; uma indiferenciação (entre crianças e adultos) no que diz respeito aos seus interesses por vestuário, música, linguagem e sexualidade; uma literatura infantil mais próxima da adulta; o caráter espontâneo dos jogos e das brincadeiras infantis sendo cada vez mais tomados por uma orientação para a profissionalização e para a produtividade; o aumento da gravidez, do alcoolismo e drogadição na adolescência; etc. etc. etc.

O autor configura o âmbito dos direitos das crianças, em duas posições opostas que representam tendências da discussão social sobre a infância: de um lado os "salvadores da infância", que procuram protegê-la dos maus tratos e têm suas raízes no século XIX e na luta contra o trabalho infantil; e do outro uma filosofia que rejeita a tutela do adulto, alegando que essa categoria de infância é opressiva "e que tudo deve ser feito para libertar os jovens de tais restrições" (Postman, 1994, p. 154). Postman reconhece nesta ultima uma força de dissolução da infância, e os critica: "... um movimento de defesa da criança como este visa afirmar que a doença é a cura" (*Idem*, p. 156).

Diz ele que: "À medida que o conceito de infância diminui, os indicadores simbólicos da infância diminuem com ele" (*Idem*, p. 142), onde a própria televisão é um ótimo universo de pesquisa e documentação da representação desse declínio, bem como da infantilização do adulto. Isso porque se espera da TV, como veículo de "arte popular", que reflita a realidade social, não podendo se permitir uma grande margem de erro, sob o risco de deixar de ser popular. É nessa perspectiva que se pode falar do caráter democrático da TV, pois "os programas exibem o que as pessoas entendem e querem, ou então são cancelados" (*Idem*, p. 140). Desta forma, podemos entender por que a criança representada enquanto grupo distinto dos adultos vem desaparecendo da telinha: é porque, segundo Postman, ela vem desaparecendo da realidade. "... em cem anos de redesenho do modo como nos comunicamos, e do que precisamos ser para compartilhar tudo isto, chegamos ao ponto de não precisarmos de crianças... (*Idem*, p. 156).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0212084/CA

Nas idéias de Steinberg e Kincheloe, encontramos um ponto de vista que segue numa direção similar. Para esses autores, a infância pós-moderna e a sua cultura estão caracterizadas pela saturação da informação promovida pela mídia eletrônica. E, tal como Postman, identificam um grande perigo para a infância nesse novo contexto.

Para esses autores, devemos levar em consideração que não só a TV mas a música, o cinema e os videogames fazem parte da educação das crianças. Essa "pedagogia cultural" que vai além da escola assume, nessa perspectiva, papel fundamental na formação das crianças e na construção da visão do mundo que a cerca. A questão porém, é que:

> As organizações que criaram este currículo cultural não são educacionais, e sim comerciais, que operam não para o bem social mas para o ganho individual. A pedagogia cultural é estruturada por dinâmicas comerciais, forças que se impõe em todos os aspectos a nós mesmos e às vidas privadas de nossas crianças (Steinberg & Kincheloe, 2001, p. 15).

A pedagogia cultural corporativa substitui as formas tradicionais de ensino em sala de aula pela sedução do entretenimento, produzindo "formas educacionais de um incontrolável sucesso quando julgadas com base em seu intento capitalista" (*Idem*, p. 15), sendo a TV o principal veículo dessa revolução.

A TV comercial americana, analisada por eles, seria, então, um "lugar" onde se encontram sempre em conflito as exigências comerciais e a democracia. Enquanto vêem com bons olhos suas tendências democráticas (quando revela, por exemplo, as atrocidades no Vietnã ou a criminalidade de *Watergate*), acusam-na de ceder a gerenciamentos e pressões específicas que, aliados à sua linguagem fragmentada, editada, descontextualizada, criam eventos muitas vezes destituídos de seus significados. As crianças que dependem da TV para o seu lazer ficam submetidas a esse retrato do mundo, servindo a valores comerciais e não democráticos. O lucro é o que determina, em primeira e última instância, o currículo infantil da mídia.

Neste sentido, "a democracia pega carona na lógica do capital" (*Idem*, p. 24), e, se a TV passa a substituir o professor, o que ela ensina se revela uma espécie de "teologia do consumo" (*Idem*) que promete felicidade no ritual de consumir, enquanto os verdadeiros educadores pouco acesso tem ao controle de tais processos corporativos. Defendendo a idéia de que os seres humanos são

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0212084/CA

produtos históricos dos mecanismos de poder, esses autores alertam para a influência das ideologias vigentes na construção da consciência social, cultural e identitária. Sendo assim, os sujeitos contemporâneos que assistem à TV estão construindo essa consciência sob o prisma da ideologia do consumo. "Como colonizadores do grande milênio, tais organizações obtêm grandes benefícios da ocupação da psique humana" (*Idem*, p. 32).

Como Postman, Steinberg e Kincheloe acreditam que o acesso das crianças a essa cultura infantil comercial e à cultura popular, aliado a uma reestruturação da família (menos presente e não mais detentora dos saberes sobre o mundo), foi o responsável pelo "dilema da infância pós-moderna" (*Idem*, p. 33). A mídia subverteu a representação da infância de inocente e carente de proteção e tutela adulta, para a imagem de consumidor poderoso e hedonista. Essa mudança cria nas crianças uma auto-percepção desadaptada às idéias ainda presentes de uma família tradicional ou de um ambiente escolar baseado em um desenvolvimento seqüenciado de obtenção gradativa de capacidades.

Como Postman, também esses autores vêem no acesso irrestrito às informações do mundo adulto, através do que categorizam como cultura popular, a quebra da autoridade parental baseada exatamente na posse desses "segredos". Agora a criança não tem mais a mediação de seus educadores para apreender o mundo. Em última instância, essa tarefa foi tomada pelas corporações.

Sua proposta de como lidar com tais mudanças vê na reformulação dos processos educativos a única possibilidade de contemplar essa nova infância e seu novo contexto midiático. Conhecer a cultura infantil comercial e popular é uma forma de conhecer essa nova criança pós-moderna e assim recriar maneiras adequadas de lidar com ela.

> Uma pedagogia crítica da infância é cônscia e sem medo do desejo infantil, muitas vezes conectando-o aos esforços das crianças para entender o mundo e a si mesmas. Como Paulo Freire asseverava há alguns anos, uma educação infantil criteriosa está interessada no conhecimento e nas instituições que a criança traz para a escola. A hiper-realidade, semelhante a um princípio pedagógico, pretende que educadores sejam obrigados a estudar a cultura infantil, seus efeitos em seus consumidores e seu relacionamento com o desejo. Se estivermos interessados em conhecer nossas crianças, semelhante pedagogia nos fornece uma linha direta com as suas consciências, tão boa quanto suas percepções próprias e do mundo (Steinberg & Kincheloe, 2001, p. 49)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0212084/CA

Idéias como as de Postman e Steinberg & Kincheloe representam uma das mais fortes e tradicionais tendências que circulam no debate público no que diz respeito à situação da infância contemporânea, qual seja: a de que estamos acabando com algo fundamental e valioso a partir dos novos valores que passamos a cultuar em nossas vidas contemporâneas. Trata-se certamente de uma visão da contemporaneidade mais baseada na falta e na perda do que nos ganhos que as mudanças podem nos trazer. Dessa forma poderíamos dizer que se trata de uma visão nostálgica, que se ressente de perdas que considera fundamentais e que parecem irreversíveis. Para esses pensadores, as respostas acabam sempre adquirindo um certo conservadorismo e moralismo. Ainda que levantem questões relevantes e reais, suas propostas de como lidar com elas quase sempre nos levam a uma sensação de falta de esperança, como se estivéssemos num caminho muito ruim, onde a única solução seria uma espécie de retorno na linha do tempo. Duas idéias importantes podem ser lidas nas entrelinhas: uma visão desenvolvimentista da história e do processo de mudanças, e uma visão de infância que não consegue se desligar de um certo determinismo. Suas idéias parecem concluir que a infância foi menos inventada na modernidade do que revelada por ela. E, quando algo se revela, é por que supomos que havia uma verdade até então escondida. Partindo do pressuposto de que essas idéias representam uma tendência no que diz respeito ao entendimento da infância contemporânea, traremos agora outras visões que possam dialogar com ela e que nos ajudem a repensá-las.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0212084/CA

2.2.2.2
A cultura da mídia e a produção de uma nova infância

A infância da qual Postman lamenta o desaparecimento é a infância moderna constituída sob a ideologia desenvolvimentista que Benjamin já criticava. Castro (1998) apresenta uma visão crítica desse processo enquanto "colonizado por saberes especializados" (Castro, 1998, p. 24), identificando, nos especialistas, os porta vozes da infância de hoje. Assim, a autora entende a pós-modernidade enquanto uma continuidade com o que vai chamar de "projeto moderno" (*Idem*). Enquanto Steinberg & Kincheloe vêem a infância contemporânea "colonizada" pelas instituições comerciais, Castro identifica outros colonizadores: os cientistas especialistas da infância. Portanto, é a infância

compulsoriamente escolarizada, disciplinada em nome da proteção, constituída sob a opressão dos valores que caracterizavam a modernidade, que está em crise hoje.

Tal construção do conceito de infância acabou por naturalizar como universal uma visão baseada nas experiências das crianças mais abastadas que estavam circunscritas a práticas previamente estabelecidas em tempos e espaços definidos como adequados: "... ser criança é ir para a escola, é brincar, é não ter responsabilidades (ou seja, sua exclusão de atividades socialmente relevantes como o trabalho, por exemplo)" (*Idem*, p. 36). Trata-se, segundo a autora, de um processo de assujeitamento que facilita o controle social sobre esse grupo.

> O que interessa aqui é ressaltar como determinadas práticas sócio-culturais cristalizam determinadas percepções a respeito da infância, as quais automaticamente passam a excluir outras possibilidades de imaginar, perceber e representar a infância (*Idem*, p. 38).

Para a autora, os novos paradigmas trazidos na era pós-industrial colocam em cheque o conhecimento científico, reconfigurando-o socialmente enquanto apenas mais um saber entre outros. O monopólio desse conhecimento é alterado por um novo ambiente simbólico, com novos intermediários culturais — a "nova classe média" (*Idem*, p. 44) —, gente de mídia, da publicidade, da moda, que questiona a soberania da ciência. As transformações culturais contemporâneas criticam o fundamentalismo, retirando a crença numa aura da ciência enquanto verdade única, mostrando-se, assim, como uma oportunidade de fazer a ciência se reencontrar com a vida e acolher de volta o caos e o devir que foram afastados do conhecimento pela racionalidade moderna. Essa perspectiva revisita, por sua vez, a autoridade daqueles que pretendem falar pela criança, como faz a psicologia do desenvolvimento.

> Neste sentido, é necessário saber se a criança tem voz sobre as decisões que a ela concernem, ou seja, se a criança pode ser considerada *sujeito* do seu devir. A investigação dos modos de subjetivação na infância é necessária, importando uma dupla tarefa: em primeiro lugar, na des-construção da "criança moderna", e em segundo lugar, na qualificação ético-filosófica da narrativa que se produz sobre a infância hoje, de modo que uma distância crítica da modernidade e das teorizações que a celebram, possibilite um refazer constante de nossas *ficções,* sejam elas modernas ou não (Castro, 1998, p. 46).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0212084/CA

David Buckingham (2000)[12] segue na mesma direção quando nos alerta para o fato de que pensar a infância como uma categoria histórica, cultural e social variável é admitir uma certa circularidade nos processos que a definem. Assim, as definições de infância como uma categoria com características e limitações particulares são criadas por ela mesma, pelos especialistas, pelos políticos, educadores, pesquisadores, responsáveis e pela mídia. Essas definições são codificadas em leis e políticas específicas, delimitando formas adequadas de institucionalização e comportamentos sociais que acabam por produzir práticas que passam a ser típicas da infância, bem como aquelas que representam resistência a estas. "A escolarização, por exemplo, é uma instituição social que efetivamente constrói e define o que significa ser uma criança — e, mais ainda, uma criança de determinada idade."[13] As definições adultas da infância produzem, assim, formas particulares de subjetividade nas crianças, enquanto reprimem outras, denotando, por parte dos adultos, um contínuo esforço para garantir poder sobre ela e suas implicações. E não só sobre as crianças, mas sobre suas próprias infâncias — lugar permanente de resignificação imaginária de suas vidas. Assim, qualquer definição de infância não poderia ser neutra; pelo contrário, aponta para as ideologias que a sustentam e que, nas entrelinhas, falam sobre as relações de poder entre adultos e crianças, seja corroborando-as ou as desafiando. Dessa forma, conclui-se que o poder de definir o que seja a infância sempre esteve exclusivamente nas mãos dos adultos. "Em geral, é negado às crianças o direito à autodeterminação: elas dependem do adulto para representar seus interesses, e para argumentar a seu favor."[14]

Buckingham coloca que é de se esperar que as crianças não se sintam representadas por essas definições onde sua expressão e sua voz estiveram

---

[12]As idéias expostas em seu livro *After the deah of the childhood* apresentam uma visão mais pragmática da infância contemporânea, preocupada em analisá-la a partir das experiências que as crianças têm hoje neste mundo em transformação. Para isso, o autor trabalha, sobretudo, com duas diretrizes que identificamos como: a necessidade de ouvir as próprias crianças quando as temos como objeto de pesquisa ou de qualquer outro interesse, e a impossibilidade de generalizar a categoria infância em sua relação com a cultura, se levamos em consideração seus contextos sócio-culturais. Seu livro é extenso e traz uma análise riquíssima sobre as questões que envolvem o tema. Como não é possível aqui pormenorizar essa discussão, levantaremos alguns pontos que nos pareceram mais relevantes.

[13] *"Schooling, for example, is a social institucion that effectivelly constructs and defines what it means to be a child — and indeed a child of a particular age"* (Buckingham, 2000, p. 7).

[14] *"By and large, children are denied the right of self-determination: they must rely on adults to represent their interests, and to argue on their behalf"* (Buckingham, 2000, p. 13).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0212084/CA

excluídas. É na micropolítica, ou seja, nas relações interpessoais familiares e escolares que a criança vai expressando sua resistência.[15]

Buckingham argumenta que a discussão pública e acadêmica sobre a relação da infância com a mídia acaba por ser um processo de construção do conceito de "audiência infantil", onde identifica dois grupos distintos: os "protecionistas" e os "entusiastas". Nesses, as representações de infância e de tecnologia estariam marcadas por uma visão essencialista e homogeneizante que ignoram o contexto social em suas determinações, ainda que levantem questões relevantes para o debate.

Postman e Steinberg & Kincheloe fazem parte do primeiro grupo e apresentam uma definição de infância naturalizada pela questão da exclusão: a criança e o que se espera dela, está baseada no que ela não deve ser, no que ainda não é, ou no que não sabe ou ainda não deve saber, ou seja, na idéia de que a criança **não** é um adulto. Essa construção (dominante) da infância como pré-social faz com que as crianças não sejam reconhecidas como seres sociais ou cidadãos. Em sua opinião, a definição de infância baseada na exclusão da sociedade adulta por sua suposta inabilidade, na realidade, acaba por produzir tipos de consciência e comportamentos que esses mesmos adultos reconhecem como problemáticos: falta de comprometimento com o que é público, hedonismo e individualismo, discurso despolitizado, atitudes cínicas e irônicas diante da vida. Essas teorias pecariam por ter uma visão unidimensional das causas das mudanças contemporâneas, onde a mídia eletrônica assume o papel de grande vilã por fazer com que os sujeitos, automática, passiva e indubitavelmente, sejam afetados por ela. A mídia e sua audiência são analisadas como categorias homogêneas levando a conclusões generalizantes. Teorias como a de Postman entendem a audiência infantil como uma massa indiferenciada e representada como passiva e desprotegida frente à manipulação da mídia, e nunca como socialmente diferenciada ou com capacidade de uma visão crítica sobre o que assiste. Diz

[15]Nas relações interpessoais entre as próprias crianças, podemos perceber o quanto a idéia de poder estaria ligada às definições de comportamento adulto e infantil. Buckingham observa isso nos episódios corriqueiros onde uma criança mais velha desvaloriza uma mais nova por seus comportamentos tipicamente infantis. Nesse ponto ele nos alerta como essa valorização do comportamento adulto pelas crianças deve ser levada em consideração quando se pesquisa com crianças. Muitas respostas encontradas na pesquisa feita por ele pareciam estar levando em consideração essa valorização.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0212084/CA

ainda que o argumento sobre o qual se baseia esse tipo de teoria — de que a TV é predominantemente visual e não estimula o intelecto, apenas a emoção — não tem fundamento empírico. Assim como a literatura, a televisão também exige o desenvolvimento de determinadas habilidades para ser interpretada. Argumenta ainda que o aparecimento da TV não substituiu a literatura.[16]

As conseqüências da relação com a mídia são definidas, nesse padrão, como destruidoras da capacidade criativa e crítica, bem como da capacidade de resistir a ela. Sobre a teoria de Steiberg & Kincheloe ressalta-se: "A mídia é vista aqui como agente de uma ideologia unidimensional que toma conta da psique humana".[17] Como solução para as conseqüências negativas, prega-se uma volta ao passado — recrudescendo as relações de autoridade na família e na escola na tentativa de resgatar antigos valores que se estão perdendo. É nessa perspectiva que Buckingham critica tais idéias como conservadoras e moralistas, apontando para o perigo da crença numa ideologia que está a "serviço do mal", encarnado na figura do interesse corporativo comercial, uma ideologia que destrói a identidade das crianças e que se apresenta como irresistível e manipuladora. Contra "tal monstro", a solução encontrada por tais autores está sempre na iniciativa dos adultos, únicos capazes de conter seu avanço. Esses autores, segundo Buckingham, estariam reagindo ao que vêem como o mal pós-moderno, e suas respostas refletem uma combinação de pânico e nostalgia, característica das últimas décadas do século XX. Como representante da modernidade, a idéia da infância em colapso aponta, de uma forma mais geral, para o colapso de toda uma ideologia baseada no "sonho da razão" (Buckingham, 2000, p. 33). Este mundo pós-moderno é, assim, observado, não do ponto de vista de uma ambivalente fascinação, mas de irrestrito terror.

Para nós, no entanto, a mais importante crítica de Buckingham é a de que teses como a de Postman nos deixam muito poucas alternativas de ação, além do moralismo. Elas apontam sempre para a intervenção do adulto como controlador das crianças na sua relação com a mídia. Isso deixa muito pouca independência ou

---

[16] Aqui no Brasil pesquisas recentes indicam que o hábito da leitura entre crianças aumentou em 300% nos últimos dois anos, reacendendo o mercado editorial infanto-juvenil (Estatística apresentada por reportagem da *Globo News* sobre feira de livros em São Paulo no dia 22/11/2003).

[17] *"The media is seen here as agents of a one-dimensional ideology that ocupies the human psyche"* (Buckingham, 2000, p. 31).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0212084/CA

possibilidade de ação para as próprias crianças. Segundo Buckingham, esse é, na verdade, o grande perigo que a infância deve encarar em nossos dias: "... negando às crianças um papel ativo na criação de sua própria cultura, e concebendo-as como simplesmente vítimas passivas, a tese da 'morte da infância', desta maneira, garante efetivamente sua própria desesperança".[18]

No entanto, Buckingham ressalta que questões levantadas por esses autores devem ser observadas com seriedade, pois apontam para mudanças históricas fundamentais para pensarmos a infância contemporânea. Essas teorias demonstram que, para pensá-la, devemos olhar para sua relação com a tecnologia e a mídia e suas implicações no que diz respeito à literatura, à moralidade, à cidadania e às relações entre cultura e comércio. Questões que são importantes não só por sua ligação com a infância mas com a contemporaneidade em geral. O problema dessas teorias está, antes, no modo unilateral e simplista de aproximação de seus objetos, no caso a mídia e a infância.

Já para "os liberacionistas", as relações infantis com a mídia são entendidas, fundamentalmente, como libertadoras, onde a tecnologia teria o poder de liberar uma aptidão inata das crianças para lidar com ela (aptidão esta inexistente nos adultos), o que criaria oportunidade para a sua espontânea criatividade. Nessa perspectiva otimista, a mídia ganha a conotação de libertadora das crianças da chamada "geração eletrônica" (*Idem*, p. 42), enquanto os adultos são chamados a ouvi-las e se aproximar delas ao invés de reassumir posturas autoritárias. A representação da mídia passa a ser mais democrática do que autoritária, mais diversificada do que homogênea, mais participativa do que passiva — algo que engendra novas formas de consciência entre os jovens, levando-os muito além da restrita imaginação de seus pais e professores. Assim, o moralismo que domina o debate público seria uma forma de atacar a liberdade das crianças, que seriam "cidadãos de uma nova ordem",[19] por uma incapacidade de entender sua nova cultura. Alguns desses autores vêem, nessas novas formas culturais, uma maneira de libertar as crianças do controle adulto a que estiveram submetidas. Jason Meyrowitz é apontado, por Buckingham, como um

---

[18] *"In denying children's active role in creating their own culture, and in conceiving of them as simply passive victims, the 'death of childhood' thesis thus effectively guarantees its own despair"* (Buckingham, 2000, p. 39).

[19] *"They are 'citizens of a new order'"* (*Idem*, p. 50).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0212084/CA

liberacionista que, assim como Postman, vê uma contínua fusão entre adultos e crianças, mas a analisa com um outro olhar. Para ele, a diferença essencial entre a TV e as mídias antigas é que a primeira revela seus bastidores, e com eles fatos que contradizem mitos e ideais sociais dominantes. Para esse autor, o fato de a televisão revelar comportamentos de bastidor faz com que tenham acesso não à segredos mas, antes, à existência deles. O que a TV revelaria à criança é a hipocrisia dos adultos (a mesma que Postman prega como necessária a uma educação infantil adequada). Assim, no que diz respeito à distinção entre a relação infância/literatura e infância/mídia eletrônica, a análise de Meyrowitz se apóia na idéia de seu *uso social.* Dessa forma, vê a primeira como motivo de segregação entre adultos e crianças, enquanto a última como possibilidade de reintegração dos mesmos. Ainda segundo os liberacionistas, os jovens e seus novos modos de comportamento indicariam uma não-submissão à mídia, relacionando-se com ela de forma mais distante e mais independente, tratando-se de uma audiência não passiva que se recusa a ser facilmente persuadida.

Aqui o autor também identifica idéias desenvolvidas numa perspectiva essencialista, ou seja, tanto a criança quanto a tecnologia são definidas por características inerentes, que fariam parte de suas naturezas. A crítica de Buckingham a essas assertivas aponta para a presença de um determinismo tecnológico que erra quando não leva em consideração os contextos de uso da tecnologia quanto a seus efeitos sobre as crianças. Também erra quando vê a tecnologia como algo que surge de um processo neutro e estritamente científico, sem nenhuma relação com a complexa teia de vetores sociais, econômicos e políticos.

A importância dessas teorias entusiasmadamente positivas está em trazer uma nova perspectiva, tanto da criança quanto da tecnologia, para o debate público dominado pelo conservadorismo. No lugar de um "monstro destruidor da infância", a mídia é representada como instrumento de desenvolvimento e libertação da mesma. A criança, por sua vez, sai do lugar de vítima passiva do monstro e ganha ares de "herói tecnológico", agente ativo no lidar com ela. No entanto, esse otimismo generalizado, segundo Buckingham, contribui muito pouco para a estruturação de políticas reais, bem como alimenta uma fé cega na sabedoria inata das crianças, como se bastasse ouvi-las (e todas falariam a mesma coisa) e segui-las.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0212084/CA

A partir desse quadro, o autor conclui que tanto uma visão quanto a outra apresentam o mesmo *ponto fraco*: "Tanto os argumentos positivos quanto os negativos se constroem apoiados em noções essencialistas da infância e da tecnologia"[20] e levam ao mesmo sentimentalismo e romantismo em relação aos jovens, às crianças e à tecnologia em geral. Tal situação não ajuda a conhecer a diversidade na experiência de vida dessas crianças e nas suas relações com a mídia e nem muito menos oferece bases de análise para políticas culturais, sociais e educacionais que contribuiriam para que a criança pudesse lidar com a realidade cultural em constante movimento. As duas tendências que norteiam a maioria das análises sobre infância e mídia constroem uma visão determinista da tecnologia como instrumento de transformação social. Buckingham contra-argumenta dizendo que ela não carrega esse poder em si mesma. Para analisá-lo é necessário observar seus contextos de uso.

> Como devo argumentar, uma positiva e efetiva resposta a estas mudanças só será possível se entendermos sua complexidade e suas potenciais contradições. Simplesmente culpar a mídia ou celebrá-la é superestimar seu poder e subestimar as diversas maneiras com as quais as crianças criam seus próprios sentidos e prazeres. [21]

Independentemente da linha de pensamento, Buckingham admite que os sentidos que atribuímos à infância têm mudado drasticamente nos últimos vinte anos e, com eles, a vida das crianças. Admite também que as suas pesquisas confirmam alguns argumentos importantes das duas correntes teóricas apresentadas por ele. Mesmo assim, faz uma importante ressalva: as mudanças que observa são menos dramáticas e mais ambivalentes e contraditórias do que os teóricos comentados defendem. Entendê-las requer que fujamos de noções essencialistas e que aceitemos o caráter diversificado e transitório das experiências das crianças contemporâneas.

Não podemos falar da infância como uma categoria homogênea, uma vez que o seu significado e o modo como ela é vivida mudam de acordo com o

---

[20] *"Both positive and negative arguments draw on essencialist notions both of childhood and of technology"* (Buckingham, 2000, p. 45).

[21] *"As I shall argue, a positive and effective response to these changes will only be possible if we understand their complexity and their potential contradictions. Simply to blame the media, or indeed to celebrate them, is to overestimate their power, and to underestimate the diverse ways in wich children create their own meanings and pleasures"* (Buckingham, 2000, p. 57).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0212084/CA

gênero, a etnia, a classe social, a localização geográfica. Se a generalização se mostra impossível, mesmo assim podemos e devemos discutir as experiências materiais da realidade das crianças enquanto um grupo social distinto. É no calor mesmo do debate entre definições diversas e contraditórias que as definições e as políticas da infância vêm sendo criadas e vêm influenciando a experiência real de ser criança.

Partindo desse pressuposto, ele se propõe a analisar as mudanças ocorridas nas vidas das crianças inglesas,[22] bem como as mudanças tecnológicas nas últimas duas décadas. Trata-se de uma análise rica e extensa que não podemos reproduzir aqui. Entretanto, traremos alguns tópicos que nos parecem relevantes e comparáveis à situação da infância contemporânea brasileira.

Em suas pesquisas ele reconhece algumas tendências nas mudanças contemporâneas da realidade infantil. Em primeiro lugar, uma reorganização da família nuclear, onde, como conseqüência da entrada da mulher no mercado de trabalho, aumenta o tempo de institucionalização da criança, diminuindo, por outro lado, o tempo compartilhado entre pais e filhos. Há evidências de que se gasta mais do orçamento doméstico com as crianças — o que pode ser conseqüência de uma nova visão da criança como consumidor, aliada a uma culpa dos pais por sua recorrente falta de tempo para seus filhos, por sua vez alimentada por uma maior responsabilização da família na educação. O aumento da violência urbana, as mudanças no papel do estado no investimento público, bem como as mudanças na família, levam, gradativamente, o lazer da criança para dentro de suas próprias casas, cada vez mais equipadas de novas tecnologias. Suas incursões ao mundo externo estão, também, cada vez mais controladas por seus responsáveis, que os levam pessoalmente aos lugares, restringindo sua autonomia. Essas características, segundo o autor, revelam-se fonte de polarização entre a experiência de uma infância rica e outra pobre, onde essas mudanças têm conseqüências muito diferentes. A ênfase no consumo em nossas vidas contemporâneas gera diferenças econômicas, de gênero e culturais que levam as crianças a experimentar realidades de vida muito distintas, principalmente no que diz respeito à relação com a mídia e à quantidade e à qualidade de acesso a ela.

[22] Aqui ele ressalta que suas conclusões não se prestam a generalizações, ainda que algumas possam ser feitas em sociedades capitalistas que estão vivendo mais ou menos os mesmos processos.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0212084/CA

Por isso não devemos exagerar no alcance que têm as mudanças tecnológicas, uma vez que ainda estão confinadas na experiência de uma elite. Essa realidade vem criando uma polarização entre "informação rica" e "informação pobre", que não se restringe ao acesso às máquinas, mas também ao "capital cultural tecnológico" que permite usos mais criativos da mídia (Buckingham, 2000, p. 55)

> . A polarização entre ricos e pobres é definitivamente reforçada pela comercialização da mídia e o declínio de provisão do setor público. As crianças mais pobres simplesmente têm menos acesso aos bens culturais e serviços: eles vivem não apenas em diferentes mundos sociais, mas também em diferentes mundos midiáticos.[23]

A dificuldade em homogeneizar a categoria de audiência infantil estaria também nas próprias características da mídia contemporânea. Na televisão, por exemplo, assistimos atualmente a uma fragmentação maior tanto do conteúdo quanto de seu consumo. A televisão a cabo, por satélite ou digital, cria diferenças relevantes no comportamento da audiência entre os grupos que têm acesso a elas e os que não têm, fazendo com que o próprio ato de ver TV mude bastante nesses dois grupos. Mesmo que a maior quantidade de oferta não signifique necessariamente uma maior diversidade ou qualidade, esse tipo de audiência tem uma maior interatividade com a mídia.

A audiência infantil tornou-se dos mais importantes nichos de mercado, por isto tanta ansiedade ronda o debate público em torno de tal conceito. Enquanto no discurso público predomina a idéia de que a criança precisa ser protegida do mal da mídia e do consumo, no discurso da indústria a criança aparece como autônoma e potente ao lidar com a mídia, que surge então como veículo de desenvolvimento. Baseando seus discurso no que seriam os direitos da criança, a indústria reclama por ela, por sua autonomia enquanto consumidor e audiência, acarretando em transformações reais na televisão para crianças. Como audiência ela passa a ser vista não como um ser em formação, mas como um independente, crítico e sofisticado agente do mercado.

[23]"The polarization between rich and poor is positively reinforced by the comercialization of the media and the decline in public sector provision. Poorer children simply have less access to cultural goods and services: they live, not just in different social worlds, but in different media world as well" (Buckingham, 2000, p. 102).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0212084/CA

O canal infantil Nickelodeon[24] é um expoente do discurso da criança como cidadã de direitos, colocando uma fronteira clara entre ela e os adultos, onde a primeira é esperta e os segundos, *chatos*. A reversão no discurso da exclusão (agora dos adultos) reforça a idéia da infância enquanto grupo social distinto. No entanto, vemos claramente uma confusão entre os papéis sociais de cidadania e consumidor destinados à criança nesse tipo de discurso: ".... é um discurso da soberania como consumidor mascarado por um discurso dos direitos culturais".[25]

> A Infância, então, está certamente mudando. As vidas das crianças estão ao mesmo tempo mais institucionalizadas e privatizadas, e menos estáveis e seguras do que há vinte anos atrás. As fronteiras entre crianças e adultos têm sido erodidas em algumas áreas mas fortemente reforçadas e ampliadas em outras. Crianças têm ganho poder tanto política quanto economicamente; mas também vêm sendo cada vez mais submetidas ao controle e à vigilância adulta. E as desigualdades entre crianças e ricas e pobres têm crescido exponencialmente.[26]

Segundo Buckingham , o debate sobre a mídia, que também é um conceito em constante mutação, estrutura-se, geralmente, em torno de determinadas áreas relativas a: tecnologias, instituições, textos e audiências. Ao contrário da maioria das pesquisas que privilegiam o olhar sobre uma dessas áreas em detrimento das outras, ele propõe que é a interação mesma entre elas que confere o poder que a mídia tem — um poder que não é exclusivo nem intrínseco a nenhuma delas em particular. As mudanças recentes podem ser compreendidas em termos da *proliferação* (canais multiplicados pelo uso do cabo e de satélites) e da *convergência* entre informação e tecnologia de comunicação, gerando importantes mudanças em relação ao *acesso*, onde fronteiras entre produção e consumo, comunicação de massa e interpessoal, começam a se esvaecer. O crescimento tecnológico e a proliferação global da mídia eletrônica criam um dilema envolvendo as idéias de acesso e controle infantis, exatamente por estarem superando a capacidade de exercê-los. Nesse contexto, a mídia eletrônica vem

---

[24] Canal para crianças exibido no Brasil pela Net (canal 44).

[25] *"... it is a discourse of comsumer sovereignty masquerading as a discourse of cultural rights"* (Buckingham, 2000, p. 97).

[26] *"Childhood, then, certainly is changing. Children's lives are both more institucionalized and privatized, and less stable and secure, than they were thirty years ago. The boundaries between children and adults have been eroded in some areas, but strongly reinforced and extended in others. Children have been empowered, both politically and economically; but they have also been subjected to increasing adult surveillance and control. And the inequalities between rich and poor chlidren have grown exponentially"* (Buckingham, 2000, p. 79).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0212084/CA

exercendo um importante papel na definição da experiência cultural da infância contemporânea, uma vez que a criança não pode mais ser excluída de seu universo e do que ele representa, nem estar mais limitada ao material que os adultos definem como bons para ela. Buckingham acredita que a tentativa de controlar ou limitar o acesso das crianças aos conteúdos da mídia está fadada ao fracasso. E continua: "Ao contrário, precisamos agora prestar ainda mais atenção na maneira como *preparamos* as crianças para lidar com estas experiências; e fazendo isso, precisamos parar de defini-las simplesmente em termos do que lhes falta.[27]

As crianças e seus pais são o mercado mais significativo para novas tecnologias. Portanto, as mudanças os afetam diretamente. O aumento do acesso individualiza o uso, mas comportamentos como reunir a família em torno da TV estão longe de ser abolidos. Essa acessibilidade tem, como um de seus efeitos positivos, possibilitar que os jovens tenham um papel mais ativo como produtores culturais, já que novas tecnologias barateiam os custos e permitem, por exemplo, a manipulação de material comercializado, como *samplers* e reedições de vídeos (diminuindo fronteiras entre o trabalho profissional e o amador). O aumento do acesso, no entanto, aumenta, por sua vez, a preocupação com a criança, e os apelos pela restrição e controle são crescentes. Com a TV o controle ainda é possível, mas com a *internet* é diferente, uma vez que não existe sobre ela controle público ou centralizado. Essa passagem do poder do público para o privado é algo que, na opinião do autor, ameaça os poderes formais. Buckingham acredita que as manifestações de precocidade, ou seja, crianças que estariam fora dos padrões normatizados, ameaçam as fronteiras entre adultos e crianças, ameaçando, assim, seu poder sobre elas baseado na exclusão do mundo adulto, mais especificamente dos domínios da violência e da sexualidade, bem como da economia e da política. A importância da mídia nesse contexto decorre do fato de ser ela uma fonte primeira de acesso a esses domínios, até então proibidos.

Buckingham identifica duas forças agindo nas definições do conceito de audiência infantil, seus usos e efeitos na relação com a mídia: uma centrípeta e outra centrífuga. Na primeira, forças que levam à fragmentação e à individualização, como a privatização do uso da mídia ou a fragmentação da

---

[27] *"On the contrary, we now need to pay much more closer attention to how we prepare children to deal with these experiences; and in doing so, we need to stop defining them simply in terms of what they lack"* (Buckingham, 2000, p. 16).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0212084/CA

programação da TV. Na segunda, forças que levam à homogeneização e à uniformização, como os papéis do estado ou do mercado. Essas duas forças atuam diretamente no universo mais amplo das políticas culturais, bem como no microssocial, interferindo na vida cotidiana. Suas conseqüências políticas e culturais acabam por espelhar suas contradições.

Buckingham apresenta, a partir de sua análise e pesquisa, algumas conclusões: as mudanças contemporâneas na infância seguem em diferentes direções ao mesmo tempo. A criança está ficando mais "poderosa" em algumas áreas, embora, em outras, mais tutelada pelos pais. As fronteiras entre infância e adultos esvaecem em alguns aspectos, mas recrudescem em outros. Além disso, essas mudanças atingem diferentes grupos de crianças de maneiras, também, diferentes, ecoando e sendo reforçadas por outras no ambiente midiático em que as crianças estão envolvidas. As crianças estão tendo mais acesso à mídia adulta e estão sendo mais autorizadas como consumidores com seus próprios direitos. No entanto, a comercialização e a privatização da mídia e do lazer estão contribuindo para as desigualdades nas experiências da infância. Se elas estão vivendo a infância midiática, então há, nesse sentido, muitas infâncias.

Tais transformações refletem, por sua vez, mudanças na visão sobre a audiência infantil de maneira ambivalente e contraditória. Enquanto o debate público coloca a criança como frágil e desprotegida, a indústria da mídia reconhece seu poder e sua autonomia como consumidores soberanos. Assim se dá a dicotomia entre os teóricos da "morte da infância" (os protecionistas) e os que pregam a sofisticação da "geração eletrônica" (os entusiastas). Tanto uma tendência quanto a outra levam a visões sentimentalistas e fundamentalistas da infância. Para evitar isso, é preciso situar as atividades infantis analisadas em seus contextos sociais, levando em consideração outros vetores de subjetivação e também a natureza mutante das tecnologias midiáticas, seus textos e instituições.

Nos domínios públicos que dizem respeito à violência, ao mercado e à política, Buckingham identifica a exclusão da criança. A partir de tal constatação, ele questiona os termos pelos quais as crianças estão tendo ou deveriam ter acesso ao mundo adulto. Diz ele que precisamos fazer mais do que simplesmente esquadrinhar as conseqüências da crescente participação de crianças naquele universo, sejam elas negativas ou positivas. Devemos tentar entender a extensão e os limites da competência das crianças como participantes do mundo adulto. Na

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0212084/CA

relação com a mídia precisamos conhecer a habilidade infantil para avaliar as representações daquele universo que se faz accessível a ela e identificar o que ela deveria ou não saber.

Nas últimas décadas houve muito debate público sobre o tema dos direitos da infância, onde a Declaração Universal da ONU é o mais visível acontecimento. Nesse debate, segundo Buckingham, estão representadas as contradições que marcam tal discussão, bem como as diferentes visões de infância Assim, ele identifica dois tipos de direitos: os passivos e os ativos. Nos primeiros estão os direitos à saúde e à educação, à provisão e à proteção, onde há a garantia de um certo nível de cuidado do adulto em relação à criança. No segundo tipo estão direitos à auto-regulamentação, como votar ou trabalhar, e o direito de participação, por exemplo. Os estatutos, geralmente, combinam ou confundem esse dois tipos, entrando em conflito em várias situações. A maior contradição para o autor fica por conta de que a convenção que tem como objetivo o direito das crianças de ter a sua voz ouvida não teve crianças envolvidas (e ouvidas) em sua feitura. Além disso, é tarefa difícil encontrar equilíbrio entre os direitos das crianças e os de seus pais. Há críticas que dizem serem os direitos universais uma espécie de imperialismo cultural onde não se respeitariam as diferenças. Segundo Buckingham, a convenção da ONU resolve esse problema colocando os direitos no contexto das famílias, dificultando o equilíbrio. Assim, a noção dos direitos da infância estaria longe de um direcionamento político claro. Enquanto alguns acreditam que a infância deve ser preservada como algo sagrado, outros alocam os direitos numa noção facilmente alinhada com a de consumidor soberano, onde os direitos infantis ficam restritos à habilidade de comprar.

Uma das maiores dificuldades estaria na relação entre os direitos das crianças e as suas competências, onde a infância é representada como categoria homogênea caracterizada por um processo de desenvolvimento igualmente generalizado. Dessa maneira, o argumento para a não-participação das crianças se baseia nos aspectos legais, psicológicos e políticos. Buckingham diz que aceita que exista tanto uma dimensão de arbitrariedade na divisão entre adultos e crianças (como denuncia os entusiastas), quanto a que diz respeito à esfera biológica, quando falamos da capacidade exigida para fazer escolhas. A partir daí, o problema passa a ser definir os limites etários em que tais aspectos se demonstram impeditivos de tal participação. Para o autor, mesmo os

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0212084/CA

"liberacionistas" reconhecem e definem fronteiras para esse tipo de participação, mas agora as redefinem entre crianças mais novas e os adolescentes, por exemplo. Diante disso, conclui que as crianças podem e devem ser mais competentes do que como são geralmente representadas, mas essa competência é obtida gradualmente, não só do ponto de vista biológico mas, principalmente, do ponto de vista da circularidade entre o modo como percebemos as crianças e os comportamentos que essas percepções acarretam. Se pensamos que o discurso sobre a infância produz o comportamento mais do que o reflete, temos que pensar que a criança só será competente se for tratada como tal.

Na dimensão dos direitos da criança em relação à mídia, a convenção da ONU tem artigos que defendem o direito à liberdade de expressão, ao acesso à mídia, ao lazer e à participação cultural, com a ressalva de que sejam apropriados à idade dela. O que torna tal tema vago, segundo Buckingham, é a escolha de quem irá definir essa adequação e de que maneira a fará. Ressalta ainda outros pontos críticos do documento, que privilegiariam a proteção em detrimento da participação. Assim, mesmo que haja uma ênfase no direito à expressão, a mesma não é levada em conta para discutir a programação destinada à criança. É no que diz respeito ao consumo que os direitos ficam mais claros. Buckingham ressalta que, se lhe é outorgado o direito de participar, a criança precisa, então, desenvolver suas habilidades para exercê-lo. É nesse sentido que defende o direito a uma educação que expanda a sua atuação e a sua participação na cultura midiática que a rodeia. Há muita discussão, segundo o autor, em torno da idéia de que esses direitos, em relação à mídia, levam a criança a uma maior individualização, por privilegiar as questões da autonomia ou do consumo. Para evitar tal efeito, Buckingham propõe que nas quatro áreas — proteção, participação, provisão e educação — tenhamos um olhar mais socializado que se dirija à esfera pública. Assim podemos aumentar o acesso da criança ao domínio público em contraposição ao movimento de privatização da relação infantil com a mídia. Mais do que defender a reafirmação das fronteiras entre adultos e crianças e enclausurá-las, temos de encarar o fato de que essas fronteiras vêm sendo atravessadas ou esmaecidas de várias maneiras, e assim, ao invés de isolar as crianças dos seus encontros com a mídia adulta, devemos prepará-las para lidar com ela, participar dela e até transformá-la.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0212084/CA

Na área da proteção o argumento mais presente é o da vulnerabilidade das crianças frente aos conteúdos da mídia. É esse argumento que, por outro lado, impede seu acesso ao conhecimento e ao poder. Tanto filosófica quanto praticamente esse argumento deveria nos mover em direção à criação de um sistema que dê suporte à auto-regulamentação, não só pelos pais mas também pelas próprias crianças, uma vez que as mudanças tecnológicas e a onipresença da mídia tornam o controle externo cada vez mais difícil e exigem muito mais diálogo na relação entre crianças e seus pais. A vulnerabilidade infantil também aponta para a necessidade de estabelecimento de novas fronteiras etárias, uma vez que as restrições atuais parecem anacrônicas diante da realidade encontrada por Buckingham em suas pesquisas. Dessa forma, é preciso criar um sistema mais eficiente de classificação para a escolha e o discernimento do consumidor. Diz ele que o tema da proteção e o da necessidade de dar subsídios para a criança se auto-proteger precisam, assim, ser repensados como temas de educação.

As mudanças tecnológicas e econômicas na indústria midiática levantaram novas questões sobre a provisão de mídia adequada às crianças. Para a criança que tem TV a cabo, a quantidade de programas específicos aumenta muito. Ainda assim, como quantidade não implica, nesse caso, qualidade, Buckingham chama a atenção para a necessidade de uma regulação pública e comercial que garanta uma programação infantil que contenha a diversidade que caracteriza a infância hoje. Para isso, deve haver crescente suporte para encorajar a inovação, e não apenas a lucratividade, e para se contrapor ao domínio americano do mercado. Deveria haver, também, material produzido pelas próprias crianças na TV. A questão do acesso não deveria restringir-se à tecnologia em si, mas à educação e à cultura, que permitem um uso crítico e criativo da TV. Voltamos, assim, à educação.

Argumentar pela participação das crianças na mídia é passar dos direitos passivos para os ativos; é falar da possibilidade de formatar e produzir o contexto midiático que as cerca, participando não só da produção como também da formação das políticas de mídia e administração de suas instituições. A proliferação de novos meios e canais de distribuição oferece significativas oportunidades de democratização da produção de mídia. Participação significa, predominantemente, uma forma diferente de funcionamento das instituições midiáticas, em que não haja apenas grupos que falem **pela** criança, mas que se criem mecanismos para que a própria criança tenha acesso direto a produtores e

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0212084/CA

políticos.[28] Esse tipo de iniciativa daria um suporte à cultura midiática e habilitaria a criança a pensar em si mesma como cidadã, ao mesmo tempo que faria os adultos repensarem suas próprias visões sobre as capacidades infantis.

Na área da educação, Buckingham identifica a chave para todo o processo de transformação da relação infância e mídia, na medida em que a educação teria um papel vital em equalizar o acesso, tanto para a mídia e as tecnologias, quanto para tipos de capital cultural que permitam um uso mais produtivo delas. A educação pode prover meios e suporte para a participação na mídia, bem como desenvolver as habilidades para proteger a si mesma e lidar de maneira mais efetiva com seu contexto midiático. No entanto, o aprendizado específico sobre a mídia nas escolas continua praticamente inexistente, o que, para Buckingham, é um dado difícil de conceber, tendo em vista a força cultural que a mídia tem. Para ele, a educação midiática se apresenta como área fundamental para definir futuras possibilidades de cidadania e criar, nas próprias crianças, expectativas mais altas em relação à própria mídia. Ainda que alguns teóricos defendam que o processo tecnológico tem engendrado essas mudanças naturalmente, Buckingham é cético tanto em relação a esses argumentos quanto ao determinismo tecnológico no qual se baseiam. É preciso, segundo ele, que haja suporte nas políticas culturais para garantir essas mudanças e des-elitizar esse processo. A educação midiática, assim, iria além da sala de aula, envolvendo novos tipos de diálogo entre pais e filhos e entre produtores e políticos e suas audiências. Provavelmente envolverão a criação de uma nova esfera pública institucional para prover acesso a todas as classes sociais e a antigas e novas mídias. Assim, conclui que não podemos retornar a criança ao seu "mágico quintal", pois ela já saltou seus muros para o mundo dos adultos de perigos e oportunidades, onde a mídia eletrônica tem um papel central. Temos de ter a coragem de prepará-la para lidar com este mundo, procurando entendê-la e transformá-la em ativa participante na construção de seus próprios direitos.

O novo lugar social em que a criança se encontra é marcado por rupturas, mas também por continuidades, perdas mas também oportunidades. O papel de consumidor autônomo que o mercado criou para a criança a coloca, para além da

[28]Buckingham dá como sugestão espaços virtuais de debate entre crianças que teriam um link direto com órgãos competentes.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0212084/CA

confusão entre consumo e cidadania, num novo lugar social que deve ser aproveitado. A acessibilidade que a criança tem à mídia significa uma janela aberta para os domínios antes restritos aos adultos e que pode indicar, por sua vez, uma janela não só para a informação, mas também para um novo tipo de participação das crianças nesses mesmos espaços. É nesse sentido que Buckingham nos fala da necessidade de a sociedade como um todo — escola, família, política e a própria mídia — encarar essa "nova" infância de frente e prepará-la, ao invés de apenas censurá-la e controlá-la. Agindo assim, estaremos no caminho para integrá-la a um mundo até então exclusivamente adulto, de maneira interessada e consciente de seu papel de cidadã.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0212084/CA